



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

CAMILA SANTOS MENEZES

**O PAPEL DA TENDA DA CIDADANIA NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA - BA**

CACHOEIRA-BA
2015

CAMILA SANTOS MENEZES

**O PAPEL DA TENDA DA CIDADANIA NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA - BA**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo.

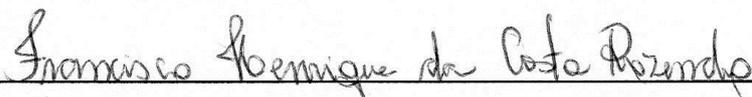
CACHOEIRA-BA
2015

CAMILA SANTOS MENEZES

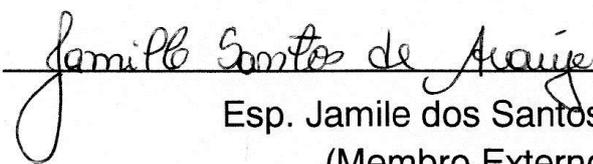
O PAPEL DA TENDA DA CIDADANIA NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA.

Cachoeira – BA, aprovada em 25/05/2015.

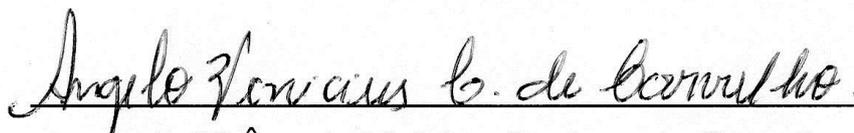
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo
(Orientador – UFRB)



Esp. Jamile dos Santos Araújo
(Membro Externo)



Bel.º Ângelo Vinicius Cardoso de Carvalho
(Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo e de todos a Deus, por me presentear com a vida e com todas as bênçãos nela concedidas.

Aos meus pais por todo amor, confiança, dedicação, torcida, apoio, cuidado e incentivo que têm dedicado a mim ao longo, não só nesses pouco mais de quatro anos de graduação, mas de toda a minha vida. Saibam que tudo que sou e que almejo ser está espelhado em vocês e será em prol de vocês. Obrigada por todas as vezes que se sacrificaram para que eu pudesse estudar. Essa conquista não teria o mesmo sentido se eu não pudesse compartilhar convosco.

Amo os dois de todo o meu coração.

À minha família, por sempre acreditar em mim. Incentivando-me a ser mais e melhor. E em especial, aos meus primos Jhessica Santana e Tiago Nunes por todo apoio moral que me deram durante esta fase de minha trajetória acadêmica.

Agradeço a todos os meus amigos, que de perto ou de longe, seja pessoalmente ou via redes sociais, contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação profissional e meu crescimento pessoal.

Mas em especial quero agradecer: à Maria Helena, por ter sido uma segunda mãe para mim nos três anos em que vivi em seu pensionato; à Mary, por ter sido a minha força de todas as horas. Aquela que além de amiga, tornou-se uma irmã. Também aos meus amigos da casa branca: Marcelo, Jeremias, Géssica, Samara e Rafael, pela maravilhosa experiência de conviver com pessoas tão diversas e agradáveis; aos meus amigos da casa verde do Curiachito: João; Lilian, Fernanda e Bárbara, por todo carinho e ajuda que dispensaram a mim nesse último semestre. Bem como o companheirismo e incentivo que me direcionaram. À Luana, Luquinhas, Fernanda Letícia, Ricardo, Rafael Calumbi, Deise, Haiana, Michelle e todos os demais amigos pelos momentos e conversas inesquecíveis. Saibam que os guardarei para todo sempre.

À Raell Costa por todas as vezes em que acreditou em mim, quando nem eu mesma acreditei. De modo a levantar a minha cabeça e me incentivar a seguir em frente.

Agradeço ao meu orientador, Henrique Rozendo, não apenas pela contribuição com o meu trabalho de conclusão de curso, mas por todos os ensinamentos que com humor e profissionalismo tem concedido a mim ao longo da minha evolução no curso.

Agradeço imensamente à Jamille Araújo, Mércia Santos e a toda equipe do CREAS, pela riquíssima experiência de estágio que me proporcionaram. Assim como pela paciência para a tarefa pedagógica profissional e a solidariedade para compartilhar o conhecimento. Tenho certeza que a minha motivação para o serviço social foi fortalecida após vivência de estágio realizada com profissionais tão comprometidas e humanas.

Agradeço também aos sujeitos de minha pesquisa que tiveram importância imprescindível para a realização deste trabalho.

Agradeço à turma 2011.1, por todos os momentos compartilhados. Os quais me fizeram crescer e almejar sempre mais.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao segundo membro de minha banca, Angelo, pela disponibilidade em ajudar e por toda a paciência para comigo neste processo.

Peço perdão àqueles em que não citei o nome. Pedirei ao meu bondoso Deus que ilumine os caminhos de todos.

Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como objetivo, analisar o papel da Tenda da Cidadania na execução da Política de Assistência Social no município de Cachoeira- Bahia, visando contribuir com os estudos que subsidiem a materialização da referida Política. As ações desenvolvidas na Tenda têm o intuito de realizar uma série de intervenções para a garantia dos direitos, melhoria da qualidade de vida e superação da pobreza de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tendo como público alvo as comunidades rurais. Esse estudo busca problematizar tais ações, já que existem (mecanismos) unidades de proteção social no município, inclusive em localidades rurais, as quais são responsáveis pela garantia de alguns desses objetivos. Nada obstante, a Tenda cumpre o papel de aproximar as comunidades rurais dos equipamentos da rede de Proteção Social Básica e Especial de Cachoeira, devido a falhas na execução da Política de Assistência Social no município. A partir dessas inquietações, foram elucidados os apontamentos iniciais acerca do projeto de ação social itinerante que envolve todas as unidades públicas de assistência social deste ente federado, buscando situar o seu papel na efetivação da política de assistência social, apontando possibilidades que possam contribuir com o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Tenda da Cidadania. Proteção Social.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária.....	00
--	----

LISTAS DE SIGLAS

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CEAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social
CIB - Comissões Intergestoras Bipartites
CIT - Comissão Intergestora Tripartite
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CPF – Conselho, Plano, Fundo
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DOU – Diário Oficial da União
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística
IGD/SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA- Liberdade Assistida
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MDS - Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome
NOB - Norma Operacional Básica
NOB-SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
ONG – Organização Não Governamental
PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos
PAIF - Programa de Atenção Integral à Família
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PPA – Plano Plurianual
PS – Proteção Social
PSC - Prestação de Serviços à Comunidade
PSE - Proteção Social Especial
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA	14
2.1 Breve contextualização histórica da construção da Política Nacional de Assistência Social no Brasil.....	14
2.2 O significado do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	22
2.3 A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.....	27
3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA.....	34
3.1 Equipamentos e serviços socioassistenciais no município de Cachoeira/BA.....	34
3.2 A inserção da Tenda da Cidadania nas atividades da rede de proteção social básica e especial em Cachoeira - BA.....	43
3.3 O papel da Tenda da Cidadania na execução da Política de Assistência Social na cidade de Cachoeira – BA.....	45
4. A TENDA DA CIDADANIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A SUA MATERIALIZAÇÃO.....	53
4.1 O significado da Tenda da Cidadania para seus gestores.....	53
4.2 Desafios e possibilidades para a materialização da Tenda da Cidadania em Cachoeira/BA.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICE.....	67

1 INTRODUÇÃO

O estudo ora apresentado se propôs a analisar o papel da Tenda da Cidadania na execução da Política de Assistência Social no município de Cachoeira- Bahia.

O interesse surgiu através de uma vivência de estágio supervisionado em serviço social, a qual proporcionou várias experiências interessantes com as comunidades urbanas e rurais. Porém, uma delas me provocou inquietação de pesquisa, por se tratar de uma ação social que reúne esforços semanais dos profissionais atuantes nas equipes técnicas dos Centros de Referência em Assistência Social e do Centro de Referência Especializada em assistência social, denominada Tenda da Cidadania.

A Tenda, projeto de Ação Itinerante desenvolvido pela secretaria de Assistência Social da município, tem definido no corpo de seu texto, o intuito de realizar uma série de ações para a garantia dos direitos, melhora da qualidade de vida e superação da pobreza de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com enfoque nas áreas rurais. Entretanto, existem unidades públicas responsáveis pela proteção social no município. Inclusive nas localidades rurais, as quais possuem dois Centros de Referência em Assistência Social.

Neste sentido, salienta-se que o projeto surge devido a lacunas existentes na execução da política de assistência social em âmbito municipal, causada por brechas referentes ao atual desenho desta mesma política em esfera nacional. Que, através de critérios de seletividade à ampliação do cofinanciamento da União para a realização dos serviços socioassistenciais, corrobora com o sucateamento e focalização dos mesmos. Fato que retrata os impactos negativos da reestruturação produtiva do capital nas políticas sociais do país.

A afirmação supramencionada confirma a hipótese de que a Tenda da Cidadania contribui com a aproximação das comunidades rurais com os equipamentos da rede de Proteção Social Básica e Especial de Cachoeira, devido a falhas na execução da Política de Assistência Social no município.

Para verificar tal hipótese, a fim de adquirir uma maior apreensão do objeto de investigação, foi-se adotada no percurso metodológico a pesquisa de cunho qualitativo. Que segundo Minayo (2009, p. 21):

[...] Responde a questões muito particulares, com um nível de realidade que não pode ou não deve ser quantificado. Ou seja [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atividades.

Neste viés, no propósito de construir a fundamentação teórica do problema de estudo, a pesquisa proposta teve como ponto de partida a revisão bibliográfica¹ e documental. No fito de dialogar com autores diversos a respeito do tema.

Em seguida, foi realizado um mapeamento dos serviços socioassistenciais existentes em Cachoeira, Ba. A fim de conhecer a rede socioassistencial da cidade. Para só então compreender em que ponto a Tenda da Cidadania se tornou necessária.

Neste sentido, a fim de afiançar uma melhor apropriação dos principais desafios enfrentados pelas equipes das unidades públicas de proteção social no desempenho de suas funções frente à execução da política de assistência no município, com enfoque na zona rural. Com a perspectiva de compreender a inserção do projeto “Tenda da Cidadania” nas atividades destes profissionais, foram realizadas entrevistas classificadas por Gil (2008), como entrevista por pauta. Cujas preferências se dá quando se deseja desenvolver uma entrevista mais flexível. Sendo utilizada na investigação com a finalidade de apreender com mais facilidade as percepções e significados que a Tenda da Cidadania detém para os sujeitos desta pesquisa. Quais são: técnicos componentes das equipes de referência dos CRAS e CREAS local. Assim como a gestora municipal de assistência social e um facilitador social.

Neste sentido, foram coletadas sete amostras, de profissionais das equipes técnicas de referência das quatro unidades públicas de proteção social da cidade. Como também da gestora da política de assistência no município. O que possibilitou traçar um perfil referente aos entrevistados.

Com idade que varia entre 21 e 40 anos, 85,7% são do sexo feminino. Referente à formação profissional: 42,8% são assistentes sociais; 28,5% são psicólogos; 14,2% possuem nível médio (facilitador) e 14,2% são pedagogos. A totalidade dos entrevistados dispõe de vínculo empregatício por meio de contrato, número este que comprova as tendências negativas de precarização e fragilidade dos vínculos trabalhistas impostos pelo avanço neoliberal no Brasil, cujos impactos incidiram diretamente no andamento contrário das políticas sociais na perspectiva de direito.

O tratamento dos dados coletados efetuou-se por meio da análise de discurso. Que consiste em uma técnica que “trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680). Dessa forma, salienta-se que o interior da linguagem carrega em si significados pré-estabelecidos, ou seja, uma única frase possui vários sentidos. Exigindo do pesquisador um olhar atento.

¹ Esta forma de pesquisa se desenvolve “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Ademais, utilizou-se outra técnica investigativa denominada de observação participante. Proporcionada pelas experiências de observação e desenvolvimento de atividades na execução do projeto durante a vivência de estágio supervisionado obrigatório em serviço social. Esta técnica é definida por Minayo como:

Um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa (MINAYO, 2009, p 70).

Através da mediação desta observação foi possível perceber a dinâmica do espaço da pesquisa, as relações de interesse e correlações de forças existentes. Assim como interagir com os sujeitos, no escopo de coletar os dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

O percurso metodológico acima discorrido foi de suma importância para a realização de uma análise consistente referente ao papel executado pela Tenda da Cidadania na Política de Assistência Social no Município supracitado.

Este trabalho monográfico está dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado “A Assistência Social enquanto Política Pública” faz uma breve abordagem do período de reconhecimento da assistência social como direito. Bem como, apresenta marcos legais importantes para a efetivação de sua regulamentação. Em seguida, aponta alguns desafios para sua consolidação enquanto política de proteção social.

O segundo, cujo título é: “A política de Assistência Social no Município de Cachoeira – BA, inicia apresentando o município, e em seguida, realiza um sucinto mapeamento das unidades públicas e entidades privadas de assistência social nele atuantes. Com o intuito de oferecer ao leitor uma visão panorâmica dos serviços socioassistenciais nelas ofertados. A posteriori, no intuito de explicar como se deu a inserção da Tenda da Cidadania nas atividades da rede de proteção social básica e especial em Cachoeira, Ba, são expostos os principais desafios do processo de execução da política de assistência social no âmbito municipal, com subsídios na ótica dos sujeitos de pesquisa. O capítulo finda elucidando acerca do papel da Tenda da Cidadania na execução da Política de Assistência Social no município supracitado.

O terceiro capítulo, denominado: “A Tenda da Cidadania: Desafios e possibilidades para a sua materialização”, traz um comparativo entre as finalidades definidas pela secretaria de assistência para a Tenda da Cidadania e o papel real por ela desempenhado. A partir do

ponto de vista de sua gestora e seus trabalhadores. Apontando desafios e possibilidades para que este projeto materialize seus objetivos.

Este trabalho inicia os primeiros apontamentos a cerca do projeto de ação social itinerante que envolve todas as unidades públicas de assistência social do município de Cachoeira, Ba. Visando corroborar com a discussão concernente aos desafios da assistência social como política pública em âmbito municipal. De forma a apresentar um mecanismo criado pelo município para lidar com as dificuldades impostas pelo modelo de cofinanciamento da assistência social. Contribuindo assim para o debate a cerca da consolidação da assistência social como política pública. Apresentando entraves para sua efetivação.

2. A ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA

Em fins da década de 1980, o Brasil iniciou seu período de redemocratização política e teve como marco legal deste processo, a Constituição Federativa de 1988, a qual produziu diversas alterações positivas que afetaram o campo dos direitos sociais, incidindo diretamente na assistência social. Esta passou a ser reconhecida como política pública, componente da seguridade social.

Desde então, busca-se a superação do caráter patrimonialista, clientelista e assistencialista, que a marcaram ao longo da história.

O capítulo que segue, traz uma sucinta abordagem do período de reconhecimento da assistência social como direito. Bem como, apresenta os principais marcos legais que possibilitaram a sua regulamentação. Destarte, aponta alguns desafios para sua consolidação enquanto política de proteção social.

2.1 Breve contextualização histórica da construção da Política Nacional de Assistência Social no Brasil

Até a promulgação da Constituição Federativa de 1988, o enfrentamento da questão social² no Brasil, sob a perspectiva não contributiva era tratada por um viés clientelista e assistencialista. Não obstante, esse fato não impediu a luta dos movimentos sociais, incluindo a categoria dos assistentes sociais, para que o Estado propusesse uma política pública que reconhecesse as necessidades sociais como uma questão pública (MORETTO; SILVEIRA, 2010). Tais movimentos obtiveram êxito e em 1988, a partir da expedição da nova Carta Magna³, a assistência passou a ser reconhecida como política pública de caráter não contributivo, passando a compor junto à saúde e à previdência, a seguridade social. A qual pode ser financiada direta ou indiretamente por toda a sociedade.

Em seu artigo 194, a Constituição Federal define a seguridade social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência” (BRASIL, 2015). Cabendo

² O primário intitulado de “questão social” corresponde ao conjunto das expressões das desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista, cuja gênese se deve à acumulação capitalista na medida em que esta aumenta a capacidade de produzir riquezas e, no mesmo movimento, também de reproduzir, contraditoriamente, a pobreza (IAMAMOTO, 2001, *apud*, SANTOS *Et. al* 2012).

³ Yazbeck (2010), em seu texto denominado “Sistema de Proteção Social: Modelos e Dilemas” elucida que a Constituição Federal foi criada como fruto de lutas de movimento sociais pela reforma política brasileira e a redemocratização do país, significando, portanto, os anseios sociais por uma nação mais livre e igualitária.

ao poder público, no gozo do princípio da legalidade administrativa, organizar a seguridade social de acordo com os seguintes objetivos:

Universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregados, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 2015).

Dentro desta perspectiva, a assistência social se propõe a contrapor a um modelo de seguridade social baseado na forte capacidade contributiva dos trabalhadores formais, que subsidiavam a regulação da benemerência, atuante até o momento, somado à centralização político-administrativa e à eliminação dos mecanismos de participação dos trabalhadores no controle dos sistemas, heranças do período ditatorial. Substituindo-o por um modelo descentralizado de execução desta política, baseado na garantia de direitos e no controle social⁴ (MOTA, 2006 apud STOPA, 2012).

Desta maneira, o Estado passou a estender os direitos sociais, permitindo um relativo afrouxamento da necessidade contributiva como eixo norteador do sistema, de forma a buscar viabilizar a universalização do acesso, a ampliação da cobertura e do atendimento; a recuperação e redefinição de padrões mínimos dos valores dos benefícios sociais, além de passar a ampliar o seu comprometimento com o sistema de seguridade, visando uma maior provisão estatal pública de bens e serviços sociais (DRAIBE, 2003 apud SANTANA; SERRANO; PEREIRA, 2013).

Todavia, seria ingenuidade acreditar que uma tarefa com esta se realizasse tão somente por mecanismos legais em um breve espaço de tempo (LEMOS, 2009). Contudo, os avanços legais não podem ser desconsiderados.

Além disto, faz-se necessário ressaltar, que a Constituição Brasileira é expedida em uma conjuntura econômica e social adversa⁵, dentro da qual o país se encontrava em situação

⁴ A PNAS (2005) define Controle Social como “instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa, financeira e técnica operativa, com caráter democrático e descentralizado” (p. 41). Ocorre através de espaços privilegiados dentro dos quais se viabilizará pela intermediação dos conselhos e conferências, além de outras instâncias que possam engrenar o processo.

⁵ Lemos (2009) explica que a conjuntura adversa, caracterizou-se por crises da economia capitalista como um todo, constatadas pelo colapso dos ‘Tigres Asiáticos’ e da Rússia, ainda na década de 1990. Sua ocorrência obteve como resposta do capital: ‘flexibilização’, ‘privatização’, e ‘desregulamentação’, as quais não sofreram reversões significativas no primeiro decênio do século XXI. Além disso, outro agravante pode ser constatado: a ausência de forças organizadas das amplas massas populacionais para a luta por ‘outro mundo possível’.

de extremo endividamento, alta inflação, além de uma grande dependência do capital financeiro internacional, somado ao elevado índice de desemprego. Concomitante a este cenário nacional, houve o rompimento do modelo de Bem-Estar Social naqueles países⁶ que de fato o vivenciaram, devido à crise cíclica do modelo capitalista, a qual contribuiu com o engendramento da reestruturação produtiva do capitalismo, com base no sistema neoliberal (YAZBECK, 2010, p. 17).

Tal modelo é caracterizado pela minimização do Estado como interventor da economia, aumento das privatizações, redução de direitos, flexibilização e precarização do trabalho⁷. E se legitima, acusando o Estado de incapaz de prover as necessidades sociais, de maneira a defender o Mercado como o realmente apto para satisfazê-las.

Esta ideologia foi amplamente difundida e inserida no Brasil a partir da década de 1990, tendo como alicerce, o argumento da crise fiscal do Estado. Assim, defender as privatizações como solução plausível, tornou-se algo mais facilmente aceito pela elite conservadora brasileira.

Tal adesão atingiu diretamente a maneira como são geridas e executadas as políticas sociais no país. Dentre elas, a assistência social. Pois, com a subsequente imposição neoliberal em prol da redução da interferência do Estado na provisão dos direitos sociais básicos previstos no artigo sexto da Constituição Federal⁸, somado, à posterior transferência à família, ao terceiro setor e à sociedade civil⁹, a responsabilidade partilhada da viabilização do atendimento das necessidades, houve um retrocesso dos avanços históricos no campo da garantia de direitos (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Esta regressão¹⁰ se encontra materializada na desregulamentação de direitos sociais,

⁶ De acordo com Behring e Boschetti (2011), os países que vivenciaram o modelo de Bem-Estar Social integram o Norte da Europa: Suécia, Dinamarca, Escandinávia.

⁷ Montañó (2009), afirma que o neoliberalismo trouxe consigo a reestruturação produtiva, fundamentada no modelo Japonês da Toyota, que tende a elevar cada vez mais o nível de automação da produção, de forma a aumentar a substituição da mão de obra pela máquina, trazendo como consequências o desemprego estrutural, a subcontratação, a flexibilização do trabalho, minimização da intervenção do Estado na economia, além de redução do gasto público, principalmente na área social (políticas sociais e assistenciais).

⁸ O artigo sexto da Constituição Federal define que são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados na forma desta lei.

⁹ Montañó (2003) distingue as categorias de sociedade civil e terceiro setor, afirmando que, enquanto sociedade civil é integrante da totalidade social, o terceiro setor é um conceito setorialista que autonomiza esta esfera da sociedade como um todo. Segundo ele, “se [...] as organizações que se incluem no chamado ‘terceiro setor’ referem-se apenas a instâncias de ajuda ao próximo e autoajuda, o conjunto de organizações da sociedade civil abarca também as atividades classistas e de luta político-econômica e até insurrecionais e revolucionárias” . (MONTANO, 2003, p.158).

¹⁰ De acordo com Lemos (2009), no Brasil a regressão no campo dos direitos sociais trazida pela contrarreforma do Estado gerada pelo processo de adaptação ao Neoliberalismo foi iniciada por Fernando Henrique Cardoso e continuada nos dois governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva. E “[...] esta foi a maior surpresa que o século XXI reservou aos brasileiros: o partido que fora a trincheira da resistência ao neoliberalismo tornou-se o

redução dos gastos sociais e apelo à meritocracia.

Segundo Yazbeck (2010)

O que se constata, é que no país, a via da insegurança e a vulnerabilização do trabalho conviveu com a erosão do sistema público de proteção social, caracterizada por uma perspectiva de retração dos investimentos públicos no campo social e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora e refilantropizadora¹¹ (p.17).

Imersa neste dilema, foi sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, que veio para regulamentar a assistência social como política pública, e assegurar a responsabilidade do Estado pela gestão, financiamento e execução da política de Assistência Social, bem como para estabelecer objetivos, normas e critérios para a sua organização¹².

A LOAS (Lei nº 8.742/1993) autentica e regulamenta os artigos 203 e 204 da Carta Magna brasileira, que definem respectivamente, a finalidade e as diretrizes da assistência social.

O primeiro ratifica que a assistência tem por finalidade: proteger à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice, além de garantir o amparo às crianças e adolescentes carentes¹³; bem como promover a integração ao mercado de trabalho, de modo a tornar habilitado e reabilitar pessoas que portem¹⁴ alguma deficiência, objetivando realizar a sua promoção e integração à vida em comunidade; assim como, garantir um salário mínimo em forma de benefício mensal àquele portador de deficiência ou ao idoso que comprove que não possui meios de se manter ou que a família também não possa mantê-lo.

Já o segundo, estabelece que ela deve possuir sua estrutura político-administrativa

seu operador. Fenômeno nada surpreendente, em si mesmo: afinal, desde os anos 1980, os partidos socialistas, na América latina, já vinham operando uma honesta gestão social-democrata de políticas favoráveis ao grande capital monopolista transnacional” (LEMOS, 2009, p. 165).

¹¹ Yazbeck (2010) define a categoria da “refilantropização” para se referir a uma [...] “das principais estratégias de implementação do neoliberalismo nos países de capitalismo periférico. Consiste em liberar o Estado de suas responsabilidades no enfrentamento das expressões da questão social, transferindo- as à sociedade civil que é incentivada a reorganizar-se e modernizar-se, através de novos mecanismos de gestão social para suas entidades e organizações amparadas por uma nova legislação na área, agora denominada de Terceiro Setor” (p. 15).

¹² A Lei Orgânica da Assistência Social Anotada (2009), versão da LOAS publicada em 1993, contém anotações referentes às atualizações de termos que caíram em desuso, assim como outras observações a respeito de mudanças pertinentes. Vale salientar que esse texto não substitui o publicado no DOU em 08/12/1998.

¹³ A LOAS Anotada (2009) elucida que o termo “carente” já se encontra em desuso, sendo substituído pelo termo “em situação de vulnerabilidade e risco social”, que enfatiza a nova configuração da assistência social, não dedicada apenas para pobres, mas para todos que dela necessitar em algum momento de suas vidas, por alguma situação que os ponha em risco ou os tornem mais vulneráveis.

¹⁴ A LOAS Anotada (2009) explica que a expressão “portador” também se encontra obsoleta, já que a condição de deficiência não é algo que se porte momentaneamente, mas algo que é característica permanente das pessoas, portanto, o termo correto é “pessoa com deficiência”.

descentralizada, de maneira a distribuir responsabilidades entre os entes federados. No mais, ela está incumbida de viabilizar a participação da população, através de organizações representativas, para a formulação de políticas e o controle das ações em todos os níveis.

Vale ressaltar que a LOAS foi promulgada devido à contribuição de um permanente movimento de ações políticas, que teve como participantes profissionais da área de assistência¹⁵, usuários, conselhos de direitos, entidades de assistência social, no intuito de garantir a consolidação da Política de Assistência Social. Como resultados têm-se a Política Nacional de Assistência Social e a NOB-SUAS. (LAJÚS, 2009).

Para efetivar a construção da PNAS, foram reunidos esforços do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), na perspectiva de materializar os pressupostos da LOAS e caminhar na construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)¹⁶.

A PNAS (2005) em sua versão preliminar

[...] foi apresentada ao CNAS, em 23 de junho de 2004, pelo MDS/SNAS, tendo sido amplamente divulgada e discutida em todos os Estados brasileiros nos diversos encontros, seminários, reuniões, oficinas e palestras que garantiram o caráter democrático e descentralizado do debate, envolvendo um grande contingente de pessoas em cada Estado deste país (BRASIL, 2005, p. 11).

Sendo construída, portanto, de forma coletiva, esta lei foi aprovada ainda em 2004, de modo a materializar o conteúdo da assistência social como política de proteção social¹⁷, a qual busca a viabilização da garantia de direitos e de condições de vida digna a quem dela necessitar.

Para isso, a PNAS (2005) definiu seu público usuário de abrangência: àqueles que se

¹⁵ De acordo com Sposati (2011) no processo de construção da Política Nacional da Assistência Social, a categoria dos assistentes sociais merece destaque. Por movimentar-se e muito, na luta, elaboração, debate e aprovação da LOAS (1993). Esse movimento fez com que a LOAS fosse aprovada, após seu anterior veto em 1990.

¹⁶ O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2015) define o SUAS como Sistema público, que através de um modelo de gestão participativa, organiza de maneira não centralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. No mais, garante a articulação dos recursos e empenhos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social.

¹⁷ Giovanni (1988 apud PNAS, 2005), compreende como proteção social as formas “institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações [...]” (p. 31). Em consonância com este conceito, a Norma Operacional Básica (2005), entende como dever da proteção social, ocupar-se “das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas e de ofensas à dignidade humana”. (p.89)

encontram em situação de vulnerabilidade e risco¹⁸, tais como:

[...] Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e solidariedade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos (BRASIL, 2005, p. 33).

E para atender estas demandas específicas, a política acima mencionada objetiva:

Prover serviços¹⁹, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que delas necessitarem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família²⁰ e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2005, p. 33).

Com o propósito de efetivar tais fins, a PNAS (2005) se articula em dois níveis de proteção: a básica e a especial. A proteção social básica tem por fito, efetivar a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, somado ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Para auferir este desígnio, a PNAS (2005) prevê

[...] o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com deficiência

¹⁸ O Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializada em Assistência Social, com base na PNAS (2004), diferencia os conceitos de risco e vulnerabilidade social. “A vulnerabilidade [...] materializa-se nas situações que desencadeiam ou podem desencadear processos de exclusão social de famílias e indivíduos que vivenciem contexto de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras” O conceito de risco social, por sua vez, relaciona-se com a probabilidade de um evento acontecer no percurso de vida de um indivíduo e/ou grupo, podendo, portanto atingir qualquer cidadão (ã). Contudo, as situações de vulnerabilidades sociais podem culminarem riscos pessoais e sociais, devido às dificuldades de reunir condições para preveni-los ou enfrentá-los, assim, “as sequelas podem ser mais ampliadas para uns do que para outros” (PNAS, 2004 *apud* BRASIL, 2011).

¹⁹A PNAS (2005) delimita quais dos serviços citados acima serão executados pela Proteção social Básica, quais são: Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; Centros de Convivência para idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa de 6 a 24 anos e centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.

²⁰Sposati (2009) argumenta que o conceito de matricialidade sociofamiliar parte da concepção de que a família é o centro de proteção intergeracional, com presença garantida no cotidiano e que opera tanto no circuito das relações de afeto, quanto nos ambientes sociais e bens materiais. Está fundamentada no direito à proteção social das famílias, contudo, respeitando à sua vida privada.

e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas (p. 34).

Os serviços de Proteção Social Básica²¹, definidos pela PNAS (2005) serão executados de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que se constituem como unidades públicas estatais de base territorial, localizados em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano.

Os serviços executados nesta unidade contribuem com o fortalecimento da família²² como unidade de apoio e base, potencializando seus vínculos externos de solidariedade, por meio da oferta de serviços locais que almejem a convivência, a socialização e o acolhimento, de membros cujos elos familiares e comunitários não foram rompidos. Além de promover a integração ao mercado de trabalho, de maneira a fortalecer o protagonismo dos indivíduos (BRASIL, 2011).

É importante ressaltar que a Proteção Social Básica também pode ser realizada de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS. Exceto quanto ao serviço do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que se constitui como sua oferta exclusiva.

Por outro lado, a Proteção Social Especial (PSE) é responsável por organizar a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por intento, oferecer mecanismos que auxiliem na reconstrução dos vínculos familiares e comunitários fragilizados, porém não rompidos, e difere-se da proteção social básica por enfrentar situações de risco social e pessoal, quando os direitos já foram violados, corroborando com o fortalecimento de potencialidades e aquisições (BRASIL, 2011).

A Proteção Social Especial está dividida em Média e Alta Complexidade. A primeira tem como atribuição organizar

[...] a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado os quais necessitam de um aparato técnico e operativo que possua competências e atribuições precisas, voltados para o atendimento a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Por conta da gravidade e natureza dessas situações, há a exigência de um acompanhamento especializado, individualizado, continuado e articulado em rede (BRASIL, 2011, p. 21).

²¹ É importante destacar que os serviços e benefícios de prestação continuada compõe a proteção básica, além das ações de qualificação profissional e geração de renda previstas na LOAS (ROCHA, 2006).

²² É pertinente salientar que a “a heterogeneidade da família deve ser compreendida a partir da variedade de formas e arranjos observados na realidade da sociedade contemporânea, bem como do contexto socioeconômico e cultural que imprime tensões variadas nas dinâmicas das relações entre seus membros e entre estes e o contexto social, seja no campo objetivo e/ou subjetivo” (MDS, 2011, p. 18).

A PSE de Média Complexidade oferece serviços que exigem atenção especializada e individualizada e, ou, acompanhamento metódico e monitorado, são eles:

Serviço de orientação e apoio sociofamiliar; plantão social; abordagem de rua; cuidado no domicílio; serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à comunidade PSC e Liberdade Assistida- LA) (BRASIL, 2011, p.30).

A Proteção referida acima envolve também o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) (*idem*, 2005, p. 38), que está definido como unidade pública e estatal, responsável pela oferta de serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos (BRASIL, 2011).

Já a Proteção Social de Alta Complexidade tem por desígnio “[...] ofertar serviços especializados, em diferentes modalidades e equipamentos, com vistas a afiançar segurança de acolhida a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitários de origem [...]” (BRASIL, 2011, p. 21).

A segurança de acolhida, junto as segurança de sobrevivência e de convívio, é componente obrigatório da proteção social, afiançada pela assistência social. E está definida como:

A oferta pública de espaços e serviços adequados à realização de ações de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, aquisições materiais, sociais e educativas. Supõe a abordagem em territórios de incidência de situações de risco bem como a oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias de curta, média ou longa duração (BRASIL, 2009, p. 212).

A segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia) por outro lado, caracteriza-se pela garantia de que todos possuam condições financeiras de se manterem vivos, ainda que possuam limitações para o trabalho ou estejam desempregados (BRASIL, 2005).

Por último, a segurança de convívio, corresponde à realização de ações socioeducativas por via de oferta pública de serviços continuados, que garanta a:

Construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento e vínculos sociais de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança, societários; defesa do direito à convivência familiar, que deve ser apoiada para que se possa concretizar, não restringe o estímulo à sociabilidades grupais e coletivas que ampliem as formas de participação

social e o exercício da cidadania. Ao contrário, a segurança de convívio busca romper com a polaridade individual/coletivo, fazendo com que os atendimentos possam transitar do pessoal ao social, estimulando indivíduos e famílias a se inserirem em redes sociais que fortaleçam o reconhecimento de pautas comuns e a luta em torno de direitos coletivos (BRASIL, 2005, p. 20).

No intuito de organizar todas estas seguranças, através de ações, programas, projetos e serviços socioassistenciais, de forma articulada, em acordo com os diversos atores sociais que constituem a proteção social, e tendo como elementos constitutivos, além de outros: participação popular; controle social; financiamento público; centralidade na família; gestão descentralizada e intersetorial e ações em rede sob a égide do poder público, novos caminhos foram traçados, tendo como finalidade a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (ROCHA, 2006).

2.2 O significado do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

O SUAS, definido como “sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (BRASIL, 2005, p. 86), foi deliberado na IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003, a qual contou com a participação de diversas representações municipais. A fim de atender as exigências de:

Unidade de concepção e ação integrada entre os três entes federados; ação integrada com a sociedade civil, por meio de suas organizações sem fins lucrativos [...]; articulação e integração com as demais políticas sociais e econômicas; compromisso com o desenvolvimento humano e social do país e pela partilha de ações intersetoriais governamentais, para enfrentar e superar a pobreza, as desigualdades sociais, econômicas e as disparidades regionais e locais existentes no país [...] (BRASIL, 2005, p. 81).

E, a partir de então, passou a percorrer caminhos para a sua consolidação como sistema reconhecedor de direitos, democrático, participativo, representante do rompimento com a lógica meritocrático-conservadora e benevolente da assistência social (SPOSATI, 2013).

Neste percurso construtivo, vale ressaltar a relevância da promulgação da Norma Operacional Básica (2005), que teve sua formulação como resultante de onze anos de debates

na área da assistência social, cuja centralidade se deu no processo de consolidação da Política Nacional de Assistência Social sob o amparo do SUAS (BRASIL, 2005).

A Norma Operacional Básica (NOB) promoveu avanços no que se refere à integração entre os entes federados, assim como na organização dos níveis de proteção social básica e especial. De modo a ampliar os arranjos institucionais para a prestação de serviços. Para Colin e Jaccoud (2013),

[...] a pactuação e coordenação federativa, a nova sistemática de financiamento com regularidade dos repasses federais e os mecanismos automáticos de transferências de recursos fundo a fundo ancorada em pisos, critérios e indicadores de partilha, fortaleceram a institucionalidade da política. Garantiram ainda a estruturação inovadora dos equipamentos públicos, equipes e serviços, assim como a continuidade dos atendimentos (p. 41- 42).

Dentro desse processo, também merece destaque a participação das entidades sem fins lucrativos, que através da estruturação de um padrão específico, passam a integrar-se e coordenar-se entre elas e o Estado, através da realização de pactos em torno de objetivos comuns para a garantia dos direitos socioassistenciais, de modo a compartilhar a responsabilidade dos resultados (COLIN e JACCOUD, 2013).

À vista disto, era necessário consolidar a articulação da oferta dos serviços socioassistenciais prestados pelas entidades privadas e as unidades públicas no território, a fim de garantir parâmetros de qualidade. Nesse âmbito, Colin e Jaccoud (2013) reconhecem a particular relevância da criação das instâncias de pactuação interfederativa, elucidando que:

A Comissão Intergestora Tripartite – CIT, representativa das três esferas de governo e do DF, é responsável pela negociação de aspectos operacionais de gestão nacional do sistema descentralizado de assistência social. As Comissões Intergestoras Bipartites (CIB), de âmbito estadual e com representação do Estado e dos municípios, visam à gestão local/regional. A relevância destas instâncias se deve ao fato de que os direitos sociais implicam na uniformidade do atendimento em todo o território nacional. Exigem unidade nos conteúdos das ofertas, desde a eleição de prioridades à definição de formatos, qualidade e financiamento, com inúmeros impactos na gestão além de demanda de ação coordenada e integrada dos diferentes níveis de governo (p. 42).

Posto isso, tornou-se viabilizada uma maior articulação entre as esferas federativas, fortalecendo as bases para a institucionalização do SUAS. Esta se tornou efetiva em 2011, por meio da Lei nº 12.435, denominada Lei do SUAS, que significou o acolhimento do SUAS no corpo da LOAS.

Este texto legal robusteceu a trajetória de estruturação da política de assistência social, mantendo-se amparado ao lado das finalidades e das competências desta política, em seus níveis básico e especial. De modo a estabelecer importantes aspectos de gestão, tais como: os sistemas de informação, monitoramento e avaliação; os pagamentos das equipes de referência e o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social- IGD/SUAS²³ (COLIN e JACCOUD, 2013).

O engendramento desses sistemas possui como alicerce, os eixos a seguir: Novas bases para relação entre Estado e Sociedade Civil; Controle Social; O desafio da Participação popular/ cidadão usuário; Políticas de Recursos Humanos e Informação; Monitoramento e Avaliação, que junto à matricialidade sociofamiliar, o financiamento, a descentralização político-administrativa e Territorialização, compõem os pilares da organização das ações no âmbito do SUAS.

Nessa direção, o SUAS, elege a família²⁴ como unidade de intervenção em seu território²⁵, traçando o rompimento da organização dos serviços com bases em segmentos populacionais e articulando-se em dois níveis de proteção: básico e especial. Esta forma de intervenção é, por sua vez, uma das inovações mais relevantes trazidas pelo Sistema, pois ao instalar a proteção social básica, para além da especial, busca superar o caráter puramente reparatório da compreensão de proteção social provida pela assistência (SPOSATI, 2006 apud THOMAZ, 2007).

Outra novidade inaugurada no SUAS se refere aos incrementos nas funções da política de assistência social, que além da proteção social, traz a Vigilância Social e a Defesa Social Institucional.

A primeira refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre as famílias, englobando pessoas em diferentes ciclos de vida (PNAS, 2005). Consiste, portanto, na melhoria da capacidade assumida pelos gestores de tomar conhecimento da presença de vulnerabilidades sociais da população, no território sob sua alçada. O que ocorrerá mediante a realização de diagnósticos e pesquisas a respeito (THOMAZ, 2007).

²³ De acordo com o MDS (2015), o IGDSUAS é utilizado para aferir a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, assim como da articulação intersetorial nas esferas municipais, estaduais e Distrito Federal.

²⁴ Ao incluir a família como unidade de intervenção, o SUAS visa superar da lógica individualista de prestação dos serviços socioassistenciais (COUTO, 2009).

²⁵ A PNAS (2004) define que a atenção destinada às famílias tomem como base a lógica de proximidade do cotidiano de vida do cidadão.

No que concerne à Defesa Social e institucional, esta se refere à organização da proteção básica e especial com vista à garantia do acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais aos seus usuários²⁶, assim como promover a sua defesa (*ibidem*).

O SUAS traz consigo ainda inovações quanto ao formato de habilitação dos municípios, de forma a considerar o já existente, Conselho, Plano, Fundo (CPF), como habilitação em gestão inicial e criando outros níveis, a gestão básica e plena²⁷ (THOMAZ, 2007).

Não obstante, o SUAS também inaugura uma nova processualidade de financiamento. O que ocorre por via da instalação do cofinanciamento baseado em pisos de proteção social básica e especial, por meio de repasse regular fundo a fundo. Somado ao estabelecimento de critérios de partilha, que variam a depender do porte dos municípios, os quais se classificam em pequenos, médios, grandes e metrópoles²⁸ (*ibidem*).

Levando em consideração que umas das maiores preocupações na área são de que a execução do financiamento seja a expressão das diretrizes estabelecidas pela PNAS, à variação do financiamento, além de preocupar-se com o território e o porte dos municípios, também se pauta nos seguintes aspectos:

Complexidade dos serviços, concebidos de maneira hierarquizada e complementar; repasses regulares e automáticos para os serviços ultrapassando o modelo convencional, para esse tipo de provisão da política; estabelecimento dos pisos de proteção que correspondam ao nível de complexidade da atenção a ser operada; cofinanciamento, representando a

²⁶ A PNAS (2005) assinala quais são os direitos socioassistenciais dos usuários, quais são: “direito ao atendimento digno e respeitoso, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos; direito ao tempo, de modo a acessar a rede de serviço com reduzida espera de acordo com a necessidade; direito à informação enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivência de barreiras culturais de leitura, de limitações físicas; direito do usuário ao protagonismo e manifestação de seus interesses; direito do usuário à oferta qualificada de serviço; direito de convivência familiar e comunitária” (p. 40).

²⁷ De acordo com a NOB/SUAS (2005), o SUAS contém quatro tipos de gestão: dos municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União. No que concerne à Gestão Municipal, esta se subdivide em três níveis: inicial, básica e plena. A primeira corresponde àqueles municípios que não puderam se habilitar à gestão básica ou plena. E passam a receber recursos da União em forma de Piso Básico, Piso de Transição de Média Complexidade e Piso de Alta Complexidade I. A segunda ocorre quando o município já está apto para assumir a gestão da Proteção Básica em seu município, por meio da prevenção de situação de risco por via do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Desse modo, o gestor deve responsabilizar-se pela: oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários; promoção do Benefício de Prestação Continuada (BPC); transferência de renda e também pelo vigio dos direitos violados no território. Por último, a gestão plena é o nível em que o gestor de Assistência Social pode adquirir financiamento, tanto pelo Fundo Nacional de Assistência Social ou de repasse direto aos usuários, ou, ainda, as que sejam advindas de isenção de tributos, em razão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEAS).

²⁸ Os municípios são classificados pela PNAS em: pequeno porte I (até 20 mil/habitantes) – 3.994 (72%); pequeno II (de 20 até 50 mil/habitantes) – 1.008 (18%); médio (de 50 a 100 mil/habitantes) – 309 (5,5%); grande (de 100 a 900 mil/habitantes) – 237 (4%); metrópole (+ de 900 mil/habitantes) – 16 (0,5%) (PNAS, 2004 apud SPOSATI 2009).

corresponsabilidade que deve haver entre as esferas de governo na provisão da assistência social como política pública; correspondência nos instrumentos de planejamento público (PPA, LDO e Loas); novas diretrizes para a gestão dos benefícios preconizados pela Loas; com protocolos intersetoriais com Saúde e Educação para a transição dos serviços afetos a essas áreas ainda operados e financiados pela assistência social; com definição de responsabilidades e papéis das entidades sociais (PNAS, 2004, p. 232 apud TAVARES, 2009, p. 229).

Essa proposta de financiamento compõe uma nova lógica de criação, planejamento e gestão da política de assistência social, buscando dar-lhe condições políticas e materiais necessárias para engendrar respostas responsáveis e coerentes à dimensão das graves e profundas desigualdades sociais, contribuindo para a consolidação da política de Assistência Social como política pública de Estado (PNAS, 2004 apud TAVARES, 2009).

Ao considerar este, dentre outros aspectos brevemente elencados, é notável a percepção do conjunto de avanços construídos nesse percurso de implementação do SUAS. Contudo, é preciso reconhecer que essas séries de alterações não se realizam de forma instantânea, em um processo linear e simples, mas precisam de um comprometimento de todos os entes federados em seu financiamento. Bem como na capacitação dos profissionais envolvidos. Para que possam lidar de maneira paulatina com essas alterações, já que vários são os desafios postos a eles.

Os desafios se apresentam a priori, na perspectiva de aspirar uma política nacional articulada para uma área historicamente constituída por experiências particulares associadas às benesses. O que exige a capacidade organizativa dos serviços com garantia da qualidade de acesso na condição de direito, em contraposição à cultura instalada e enraizada na sociedade brasileira, a qual trata a pobreza por um viés conservador, que impõe empecilhos para a instalação de uma cultura de direitos sociais (COUTO, 2004 apud COUTO, 2009).

O trabalho em rede também se apresenta como um desafio, pois se trata da busca de uma desfragmentação de ações na assistência social, “[...] uma vez que no campo assistencial, ele vem sendo sinônimo da soma de entidades existentes e não a conjugação de um sistema disponível para o enfrentamento da questão social [...]” (COUTO, 2009, p. 216). Para tanto, é preciso à atuação de uma forte coordenação estatal (idem).

Além destes, a participação social e o controle social na execução da política, também precisam ser consolidados. Desta forma, no caso do SUAS, é central para a efetividade do sistema e sua consolidação, utilizar os referenciais do planejamento participativo e pautar-se na premissa da democratização dos espaços e na garantia de direitos sociais universais e

emancipadores (COUTO, 2009). O que é muito desafiador. Tendo em vista a cultura política nacional baseada no clientelismo e na troca de favores.

Vale ressaltar que este tópico tem por vista explicar brevemente o processo de construção do SUAS , além de suas características. Portanto, não adentrará em profundidade em seus eixos estruturantes. Tendo em vista a possibilidade de comprometimento do recorte da pesquisa.

Partindo desta premissa, discutiremos a seguir sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que possibilitou a padronização nacional dos serviços da assistência social, organizados por nível de complexidade do SUAS.

2.3 A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

A princípio, é substancial destacar, que embora a PNAS já tenha trago a definição das seguranças a serem afixadas pela política de assistência social e tenha estruturado a proteção social nos níveis básico e especial, delimitando os serviços adequados para cada um deles, a área ainda carecia de uma regulamentação sobre o escopo destes serviços, para que se pudesse garantir um padrão mínimo de conteúdo, usuários, finalidades e outros aspectos pertinentes à sua implementação em todo o território nacional (IPEA, 2011).

A fim de responder a esta demanda, em 2009, foi outorgada a Resolução 109, de 11 de novembro de 2009, conhecida como Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Através de uma matriz, o documento determina a padronização dos serviços socioassistenciais, definindo aspectos essenciais para orientar a sua oferta organizada por nível de complexidade em todo o território. Deste modo, cada serviço foi elucidado quanto a: nomenclatura, descrição, usuários, objetivos, provisões²⁹, aquisições dos usuários³⁰, condições e formas de acesso, unidade responsável pelo atendimento, período de funcionamento,

²⁹ Segundo a Tipificação (2009), as provisões correspondem a determinadas aquisições prestadas aos usuários e são organizadas com base no ambiente físico, recursos humanos e materiais e trabalho social fundamental ao serviço.

³⁰ A Tipificação (2009) define aquisições dos usuários como a responsabilidade que os gestores dos diversos níveis de governo possuem, de produzir as seguranças sociais aos seus usuários, de acordo com as situações de risco e vulnerabilidade em que se encontram.

abrangência; articulação em redes e impacto social esperado³¹ (BRASIL, 2009 apud IPEA, 2011).

Dentro deste modelo de apresentação, a Tipificação explana os serviços existentes no campo da proteção social, elucidando a princípio, os da Proteção Social Básica, quais são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

O primeiro deles tem como princípios norteadores, a universalidade e a gratuidade no atendimento e deve ser ofertado exclusivamente pela esfera estatal, mais precisamente, pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 2009). E consiste,

No trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (BRASIL, 2009, p. 6).

A provisão destes serviços deve garantir as seguranças socioassistenciais de acolhida, convívio familiar e comunitário e de desenvolvimento e autonomia no intento de contribuir com a melhoria da qualidade de vida das famílias residentes no território de abrangência do CRAS; além de elevar o acesso a serviços socioassistenciais e setoriais; e diminuir a frequência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS (*ibidem*).

O PAIF conta com um serviço de caráter complementar denominado Serviço de Convivência e Fortalecendo de Vínculos, que pode ser oferecido tanto no CRAS quanto nos Centros da criança, adolescente, juventude e idosos, a ele referenciados.

O serviço pode ser realizado em grupos, organizados por faixa etária³², tendo por vista a garantia de aquisições paulatinas aos seus usuários, fortalecendo a prevenção de situações de risco social, por meio de estímulo e orientação, contribuindo com a construção e a reconstrução de suas histórias e vivências de caráter individual e coletivo, que ocorram na família e no território. Estrutura-se em busca da ampliação das trocas culturais e de vivências,

³¹Trata-se da projeção de expectativas para além das aquisições dos sujeitos que utilizam os serviços socioassistenciais e caminham em direção às mudanças positivas no que diz respeito aos indicadores de riscos e vulnerabilidades sociais (BRASIL, 2009).

³² A tipificação adequa os serviços socioassistenciais por ciclo de vida, a fim de abarcar o público de todas as idades.

a fim de: expandir o sentimento de pertença e de identidade; robustecer vínculos familiares e estimular a socialização e a convivência comunitária (BRASIL, 2009). Direcionando suas ações com base nos seguintes objetivos:

Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social da assistência social nos territórios; promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários dos demais direitos; oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais [...] (ibidem, p.12).

Já, o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, prioriza o desenvolvimento de dispositivos de inclusão social, com o fim de nivelar oportunidades e aumentar o envolvimento e desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e/ ou idosas, de acordo com suas necessidades e potencialidades pessoais e sociais, prevenindo situações de risco, exclusão e isolamento.

Por outro lado, a Proteção Social Especial, subdivida em média e alta complexidade, disponibiliza os serviços de: Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); Abordagem Social; Proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA); Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, a nível médio. E os serviços de: Acolhimento Institucional; Acolhimento em República; Acolhimento em família acolhedora; proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, no âmbito da alta complexidade (BRASIL, 2009).

O PAEFI é prestado exclusivamente no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e está definido como:

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do

conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social (Ibidem).

Tal serviço visa colaborar com a diminuição das violações dos direitos, seus agravos ou repetições, além de ofertar orientação e proteção social a famílias e indivíduos, de modo a garantir o acesso tanto aos serviços socioassistenciais quanto as demais políticas setoriais, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida das famílias.

Já o Serviço de Abordagem Social corresponde ao serviço programado e continuamente ofertado, tendo por intento assegurar uma busca ativa que detecte, nos territórios, a ocorrência de trabalho infantil, pessoas em situação de rua, exploração sexual de menores de idade, dentre outras, tendo por finalidade,

Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais; Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições; Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias; Promover ações para a reinserção familiar e comunitária (BRASIL, 2009, p.171).

Outro serviço que se encontra no âmbito da média complexidade é o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência Idosas e suas Famílias, que constitui-se em uma oferta de atendimento a famílias com pessoas com deficiência e idosos que contêm certo grau de dependência e têm o desenvolvimento de sua autonomia comprometidos devido a violações de direitos.

Tal serviço pode ser realizado nas seguintes unidades: Domicílio do usuário; Centro-dia; Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Seu objetivo é reduzir a exclusão social não só do dependente, mas também de seu cuidador, por conta da sobrecarga causada pela situação de dependência aliada ao prestamento de cuidados contínuos, no mais, visa interromper e superar violações de direitos de seus usuários (Ibidem).

O último serviço deste nível de complexidade, Especializado para Pessoas em Situação de Rua, consta como espaço de residência e/ou sobrevivência. Tem como fito afiançar atendimento e afazeres dirigidos para o desenvolvimento de sociabilidades, na expectativa de fortalecer vínculos interpessoais e/ou familiares que favoreçam a composição de novos projetos de vida.

De outra parte, no campo da alta complexidade, têm-se o Serviço de Acolhimento Institucional, o qual objetiva:

Acolher e garantir proteção integral; Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos; Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais; Possibilitar a convivência comunitária; Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais; Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia; Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público (BRASIL, 2009, p. 34).

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o acolhimento institucional pode ser realizado em diversos tipos de equipamentos, tais como residências inclusivas; casas de passagem; casas-lar, dentre outros. E está direcionado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou abalados, abrangendo pessoas em todos os ciclos de vida, que possuam ou não, alguma deficiência. Além do mais, sua prestação deve viabilizar a privacidade, o respeito aos costumes, às diversidades e às tradições.

O segundo serviço da alta complexidade, nominado de Serviço de Acolhimento em Repúblicas, promove proteção, apoio e moradia a grupos de usuários maiores de 18 anos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, aliada à quebra ou extrema fragilização (BRASIL, 2009).

Seu atendimento deve coadjuvar com a atenuação da presença de jovens, adultos e idosos em estado de abandono, risco pessoal e social e sem condições de acesso à moradia. De modo a reforçar a “construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas” (BRASIL, 2009, p. 38).

Outro serviço componente da Alta Complexidade, chamado de Serviço de Acolhimento em Família acolhedora, é responsável por organizar a guarda de crianças e adolescentes distanciados da família por medida protetiva, que serão acolhidos por famílias previamente cadastradas. Estas cuidam dos assistidos temporariamente até que possa haver o retorno à família de origem, ou, caso isso seja impossível, até o encaminhamento para a adoção (BRASIL, 2009).

Por fim, a Alta Complexidade oferece o Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergências, o qual fornece apoio e proteção à população atingida por situação emergencial e de calamidade pública, através do oferecimento de alojamentos temporários e do fornecimento de atenção e materiais, em concordância com as necessidades percebidas. Além disso, deve assegurar o cumprimento de articulações e a participação em

ações de caráter intersetorial para amenizar os prejuízos decorrentes e o provimento de necessidades detectadas.

Vale salientar, que todos os serviços socioassistenciais prestados pela proteção social necessitam de uma articulação em rede³³, tanto entre si, quanto com os serviços oferecidos por outras políticas sociais, na perspectiva de elevar as chances de aviltamento das necessidades dos usuários abarcados por seu atendimento.

Com isto posto, a tipificação não só preenche os vácuos na regulamentação dos serviços, como também gera uma identidade para eles, que terão uma identidade no país no que diz respeito à compreensão de seus objetivos, aquisições dos usuários e provisões. Servindo de referências essenciais para que gestores e trabalhadores da assistência social adequem os serviços. Tornando-se, assim, um importante marco para a gestão da política (IPEA, 2011).

Por conseguinte, a padronização dos serviços possibilita a identificação de ações e serviços em conformidade com a política. Criando condições para a formulação de indicadores e índices de qualidade no SUAS, na proporção em que permite avaliar a qualidade dos serviços ofertados comparado ao padrão mínimo tipificado (Ibidem, 2011).

Além do mais, cabe trazer destaque para a importância da tipificação para a consolidação dos serviços de assistência social. Pois, após a regulação dos serviços,

Fica explícito aos cidadãos e às instâncias de controle social o que eles podem exigir do poder público no campo da assistência em qualquer parte do território nacional. Por tudo isso, pode-se afirmar que a tipificação representa um avanço institucional de grande relevância para a consolidação do Suas e da política de assistência no Brasil (IPEA, 2011, p. 53).

Por fim, é pertinente lembrar que a repercussão da tipificação sobre a organização da rede de serviços socioassistenciais vai depender da robustez do pacto federativo na política de assistência e do comprometimento do órgão gestor dos estados, Distrito Federal e municípios em assegurar que os padrões mínimos respeitados e observados na ordenação dos serviços em seus respectivos territórios.

Todavia, não é possível negar que as jurisdições subnacionais dispõem de capacidades administrativas e financeiras diversas e este será mais um fator a interferir nos corolários que se esperam da tipificação em termos de melhoria da qualidade dos serviços. O que impõe uma grande expectativa no novo modelo de financiamento e seu poder de lidar

³³ A tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009) define a articulação em rede mais apropriada para cada serviço, considerando as faixas etárias dos usuários assistidos.

com os empecilhos (IPEA, 2011). Resta, por tanto, saber do potencial que tipificação terá para ser aproveitado na instrumentalização e o monitoramento da qualidade dos serviços.

3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA - BA

A seguir, observaremos um breve mapeamento das instituições públicas e privadas de Assistência Social que atuam no município estudado. Com isso, objetivamos pontuar sobre a Tenda da cidadania: o seu histórico de atuação desde a sua inserção nas atividades da rede de proteção social básica e especial em Cachoeira e os principais entraves no processo de execução da política de assistência social no âmbito municipal. Por fim, ressaltamos o papel da Tenda na execução da Política de Assistência Social no município supracitado.

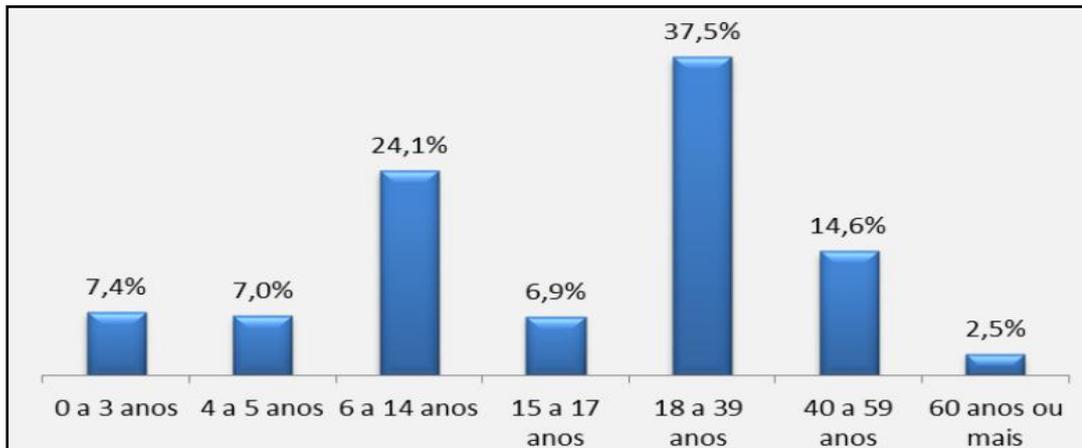
3.1 Equipamentos e serviços socioassistenciais no município de Cachoeira/BA

Situada acerca de 110 Km da capital baiana, a cidade de Cachoeira, com extensão de 395,223 Km² e densidade demográfica de 81,03 (hab/km²), está situada na Região leste do Estado da Bahia, mais especificamente no Recôncavo Sul. Fazendo limites com os municípios de Conceição da Feira (ao norte); Santo Amaro e Saubara (a leste); São Félix, Governador Mangabeira e Muritiba (a oeste). Sua população, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo 2010, conta com 32.026 habitantes e estimava para 2014 que esse quantitativo aumentasse para 34.394 (IBGE, 2015). Desses, 15.639 residem na área rural, cerca de 49% da população.

Conforme dados do MDS (2015), apoiado em estudos do IBGE (2010), o município tem 17,4% da sua população em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita de valor inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) mensais. Do total de extremamente pobres, 4.206 (75,3%) viviam no meio rural e 1.378 (24,7%) no meio urbano.

Esse grupo, separado por faixa etária pelo MDS (2015), apresenta em percentagem o seguinte quadro:

GRÁFICO 1 – Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária.



Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **A extrema pobreza no seu município: Caracterização demográfica da extrema pobreza em Cachoeira-BA.** Brasília, 2015.

O qual demonstra que mais da metade dos cachoeiranos com índice de pobreza elevado se encontram em idade economicamente ativa. Todavia, não estão inseridos no mercado de trabalho formal, que garanta o mínimo necessário à sua sobrevivência. O que expressa claramente o teor da desigualdade social em âmbito municipal.

No mais, a erguida pobreza cachoeirana tem uma cor específica, pois do total de extremamente pobres, 478 (8,6%) se classificaram como brancos e 5.019 (89,9%) como negros. Dentre estes últimos, 2.758 (49,4%) se declararam pretos e 2.261 (40,5%) pardos. Outras 89 pessoas (1,6%) se declararam amarelos ou indígenas (IBGE, 2010 apud MDS, 2015). O que demonstra as particularidades da questão social no Brasil, mais especificamente no Nordeste e no Recôncavo da Bahia.

Este território carrega consigo a divícia de um desenvolvimento capitalista fundado no uso do trabalho compulsório, escravo e servil, enquanto elemento indispensável à acumulação primitiva de capitais. Fardo este, que não mudou com a chegada da industrialização no país. Pelo contrário, foi intensificado pelo processo de modernização conservadora. Por meio do qual, se finda a mão-de-obra escrava em prol do avanço do capital monopolista. Momento em que as regiões Sul e Sudeste foram favorecidas devido à concentração de capitais trazidas pela economia cafeeira. De maneira a formar uma relação centro-periferia com o Nordeste, que modernizou seu modo de produção, mas não ao passo das regiões anteriormente citadas, passando a exportar para elas, principalmente, matéria-prima e mão-de-obra barata (SANTOS et al, 2012).

Por conseguinte, houve um maior adensamento da questão social no Nordeste, pois o seu histórico atraso econômico, comparado a outras regiões do país, aliado à herança cultural

senhorial-escravista, patrimonialista e anti-democrática, corroboram para edificação do panorama atual dessa região. Os péssimos indicadores de pobreza, o maior grau de precarização do trabalho e o altivo nível de dependência dos programas de transferência de renda, verificados nessa região são resultantes da forma de inserção do Nordeste na dinâmica capitalista brasileira (ibidem).

Em consonância com esta peculiaridade, Cachoeira, importante polo econômico do Nordeste no período colonial, carrega consigo ranços desta cultura política e econômica subordinada aos interesses das elites, aliada ao atrasado econômico, determinante de maiores taxas de analfabetismo, violência, dentre outras facetas da questão social. O que intensifica o processo de exploração e precarização do trabalho próprios do capitalismo. Infringindo diretamente no aumento das vulnerabilidades e riscos sociais enfrentadas pelo recente sistema de proteção social não contributivo, SUAS.

Face ao desafio de garantir a proteção social (PS) na perspectiva de direito, com vista a enfrentar os traços marcantes supramencionados, o município se encontra habilitado ao SUAS no nível de Gestão Básica e está caracterizado como cidade de Pequeno Porte II.

No plano da Proteção Social Básica, possui três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo 01 (um) na área urbana e (02) dois em distritos rurais, quais sejam: Capoeiruçu e Santiago do Iguape.

O CRAS da zona urbana, cujo nome é “Três Riachos”, está estabelecido na Rua Três Riachos, no Bairro Rua da Feira, s/n°. Com área de abrangência que se estende por toda a sede da cidade. Já o CRAS de Capoeiruçu, chamado de “Helena Passos de Souza”, encontra-se na Avenida Principal, número, 140. Ainda assim, abrange uma área que vai de Boa Vista, perpassando as comunidades de Belém, Alecrim, Tupim, Tibiri e Saco.

Por fim, o CRAS de Santiago do Iguape, situa-se em um vilarejo de pescadores remanescentes de quilombos, na Rua Nova da Paz, s/n°. No entanto, possui uma área de abrangência que se estende pela Opalma, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Caonge, Calolé, Calembá, Caibongo, Dendê, Palmeiras e São Francisco, localidades também quilombolas.

Todos esses equipamentos oferecem o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com capacidade de atendimento de 1.400 famílias/ ano. E previsão de repasse anual de R\$ 201.600,00 (duzentos e um mil e seiscentos reais). Também recebem o Piso Básico Variável para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com valor de Referência anual de R\$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais) e capacidade de atendimento de 410 pessoas (MDS, 2015).

A totalidade dos equipamentos comporta a equipe mínima de Referência para a realização dos serviços no CRAS, que exige para municípios de Pequeno Porte II, por unidade: 03 (três) técnicos de nível superior, sendo 02 (dois) assistentes sociais e, obrigatoriamente, 01 (um) psicólogo. Além de três técnicos de nível médio, os orientadores e facilitadores sociais. É importante salientar que todos esses profissionais possuem vínculo empregatício por via de contrato, por tanto, não usufruem de estabilidade no emprego, estando mais sujeitos à experiência da precarização do trabalho.

No que compete à Proteção Social Especial, a unidade pública responsável por atender todo o território cachoeirano é o CREAS “Raimunda Simões”, sediado na Rua Augusto Azevedo, 11, no bairro do Caquende. O qual é co-financiado através do Piso Fixo de Média Complexidade do PAEFI, cujo valor é R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais). Sua equipe técnica de referência é composta atualmente por 01 (uma) coordenadora de nível superior, 01 (uma) assistente social, 01 (uma) psicóloga, 01 (uma) advogada, 01 (um) auxiliar administrativo e apenas 01 (um) técnico de abordagem, estando, portanto em carência do segundo profissional de nível médio encarregado por esta atividade.

Além disto, tal nível de proteção conta com o apoio de Entidades privadas, que prestam serviço no nível de média e alta complexidade. O primeiro é oferecido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), viabilizado dentre outros recursos, pelo Piso de Transição de Média Complexidade (habilitação e reabilitação), na importância de R\$ 1.054,00 (hum mil e cinquenta e quatro reais), destinado ao Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Família. O segundo é ofertado pela ONG Lar Aconchego (Antiga Casa dos Velhos), que abriga idosos com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos, ou que não tenham pessoas disponíveis aos seus cuidados diários. E é efetivado, além de outros subsídios, por meio do Piso de Alta Complexidade I, na quantia de R\$ 1.521,00 (hum mil, quinhentos e vinte e um reais).³⁴

No intuito de apreender minimamente a relação das unidades com sua área de abrangência, foram questionados, para a equipe técnica, quais desafios são colocados para uma maior proximidade destes com a área de abrangência do seu equipamento.

Dentre os obstáculos citados, destacam-se a extensão territorial entre a localização dos CRAS e as demais áreas assistidas, aliado ao acesso limitado ao único transporte cedido pela prefeitura para atender as demandas de todos os equipamentos públicos de proteção social.

³⁴ Todos estes valores de serviços oferecidos se encontram disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) nos Relatórios de Informações Sociais da Proteção Básica e Especial.

Fazendo com que os técnicos apresentassem dificuldades em garantir uma aproximação satisfatória com todo o público sob sua alçada. Neste viés, os técnicos afirmaram que,

Cachoeira tem uma geografia meio complicada. Então quando a gente diz comunidades circunvizinhas não são tão vizinhas assim. Tem uma área geográfica bem distinta, bem complicada, não são tão próximas [...] (Técnico 04).

O transporte do CRAS a gente não tem. A Secretaria disponibiliza um carro e a gente precisa agendar para ir até essas localidades [...] São locais de difícil acesso e há uma grande dificuldade de transporte. Então, a gente não consegue reunir as pessoas de todas as comunidades em um ponto estratégico. Então a gente precisa ir até esses locais [...] (Técnico 03).

[...] É um carro que leva todas as equipes. Mas para essas atividades que são atividades específicas a gente precisa agendar o carro com a Secretaria de assistência social [...] (Técnico 02).

[...] Percebermos essa realidade, dessa dificuldade do CRAS que está sediado e centralizado em uma comunidade poder atingir de forma satisfatória as demais [...] (Gestora).

Deste modo, a maioria das ações desenvolvidas nas áreas geograficamente mais afastadas resume-se em atividades pontuais, muitas vezes ligadas a benefícios eventuais e/ou assistenciais. Limitando, ainda que indesejadamente, o acesso aos serviços prestados pelo CRAS àquela comunidade em que o mesmo se encontra instalado. Bem como, à imediatividade da burocracia institucional. Demonstrando que o princípio da universalidade no atendimento não pode ser consumado nestas condições. O que se comprova pelas respostas dadas ao questionamento, sobre a frequência das ações do CRAS nas comunidades mais distantes, junto às relacionadas à facilidade do acesso destas regiões ao espaço do CRAS,

Olha, em algumas comunidades existe um acolhimento. Agora em outras comunidades há certa resistência com a nossa participação nas atividades [...] Algumas comunidades são bem resistentes pela questão da demora dos serviços. Porque a gente não pode estar lá todas as semanas. Então, eles se queixam muito nesse sentido. Eles acham que a gente deveria estar lá mais vezes durante a semana, o mês [...] Então eles cobram muito disso: que exista um posto, que exista também um Centro também de Referência nessas comunidades [...] Eles acham que deveria ter uma participação muito maior. Que a gente pudesse ir toda a semana, ou de 15 em 15 dias. E pela quantidade de comunidades fica difícil esse processo [...] Os demandatários se queixam muito de não haver oficinas que são levadas para lá, não tem cursos que são ofertados lá, nessas comunidades menores. Então, isso dificulta um pouco o processo de chegada até essa comunidade. Mas isso é em algumas comunidades [...] Claro, que tem algumas pessoas que só buscam o CRAS em busca de benefícios assistenciais e a gente está tentando desconstruir isso (Técnico 03).

O CRAS está ali e a gente pode de fato, acompanhar as famílias, atender suas necessidades. As outras comunidades a gente faz isso [como], através de visitas periódicas [...] A gente faz uma agenda anual de visitas a essas famílias. Em outras oportunidades a gente visita quando há alguma necessidade, uma sinalização de uma gestante que está com necessidade do kit de gestante e não pode frequentar. Porque os encontros de gestantes são no CRAS e elas não tem acesso, não tem transporte, a dinâmica não permite. A gente faz uma visita à família. A gente constata a necessidade daquele kit, a gente propicia que a família possa receber aquele kit [...] E a gente faz assim, quando tem alguma demanda do CAD Único de condicionalidades, de descumprimento de condicionalidades também, a gente visita a família para possibilitar que ela possa receber ou continuar recebendo o seu benefício. Enfim, quando há demandas do poder judiciário, do Ministério Público, também a gente acessa as famílias. Bem, não dá para fazer um trabalho sistemático com essas comunidades que são mais distantes. Mas sempre que há uma necessidade, de fato mesmo a gente faz um trabalho com o BPC escola e o BPC idoso. [...] Isso aí a gente faz anualmente uma visita a todas as famílias (Técnico 04).

Os serviços são realizados apenas nesta unidade. A gente estava até com um plano de levar algumas atividades uma vez no mês ou na semana para outras localidades, que sejam da área de abrangência aqui do CRAS. Porque também tem aquela questão, o CRAS é distante e não vem muita gente a procura. A gente pensou em um plano para abranger todo mundo, até os distantes. E como aqui é grande, então tem essa dificuldade. Mas por enquanto, só acontece aqui no CRAS mesmo (Técnico 05).

Os profissionais argumentam ser humanamente impossível dar conta de toda a demanda posta a eles. E, ainda, garantir um caráter continuado dos atendimentos. Apontando a necessidade de contratação de pessoal para assistir com qualidade o público de sua responsabilidade.

Porque a gente teria que multiplicar a equipe. A gente tem um CRAS assentado em um lugar e a gente precisa ter técnicos lá para dar assistência as atividades que acontecem diariamente, de segunda até sexta-feira. E, também para atender essas outras comunidades. A gente precisa de uma equipe maior para dar essa assistência e também de um carro (Técnico 04).

Esta discussão apresenta outra obstrução que dificulta o alcance dos serviços à população referenciada: o limite da lógica do financiamento, que permite ao município utilizar até 60% (sessenta por cento) do recurso do cofinanciamento³⁵ para pagamento da equipe de referência. Logo, sendo o maior montante de recursos destinados ao pagamento de

³⁵ O site do MDS elucida que o Art. 6º da Lei N.º 8.742/1993, incluído pela Lei No. 12.435/2011, e estabelecido pela Resolução n.º 32/2011 do CNAS, define que os Estados, o Distrito Federal e os municípios poderão utilizar até 60% dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social, destinados a execução dos serviços socioassistenciais, no pagamento dos profissionais que integram as equipes de referência do SUAS, definidas nas Resoluções CNAS 269/2006 e 17/2011.

peçoal, o restante poderia ser utilizado para a melhor realização dos serviços oferecidos pelos equipamentos públicos da política de Assistência Social, entretanto segundo os sujeitos da pesquisa, temos as seguintes posições,

Um desafio é a questão do financiamento [né]. Porque esse recurso, ele chega aos municípios e que a partir dos municípios estes recursos cheguem nas instituições. Porque como a gente não tem acesso a saber, o quanto entra e o quanto sai, além do que a gente tem acesso nos sites de transferência. A gente não tem como utilizar esse recurso. Então a gente não sabe e vive nessa precariedade que a gente sabe [né]. É computador quebrado, telhado quebrado, é sem carro. Uma equipe técnica para dar conta disso tudo com pouquíssimos recursos, quase numa relação milagrosa e santificada (Técnico 02).

Além do mais, a estrutura física dos espaços corrobora para que se tenha um número reduzido de usuários nos serviços oferecidos pelo equipamento, como se observa na fala:

A gente está limitando em certos momentos a participação por causa do espaço que não comporta [...] Então a gente está limitando mais para as pessoas que já frequentam, que já fazem as atividades (Técnico 03).

No mais, o trabalho em rede destes equipamentos, institui-se como desafio, que por sinal, foi exposto por todos os entrevistados. Pois, ainda que admitam ter uma relação amigável, além de uma relativa facilidade de acesso uns aos outros, articular em rede significa muito mais que o encaminhamento de situações a serem resolvidas. Diz respeito ao contínuo acompanhamento daquelas demandas.

Mesmo que o CRAS direcione determinado caso ao CREAS ou vice-versa, isto não o impede de saber como determinada foi tratada naquele equipamento e qual sua resolubilidade. Ou que o usuário seja assistido simultaneamente pelos dois níveis de proteção, caso seja necessário. O que se torna complicado de se concretizar, quando os profissionais estão sobrecarregados com a oferta dos serviços, ou procedimentos burocráticos e emergenciais da instituição em que estão inseridos. Restringindo-se, muitas vezes, a encaminhar casos entre si.

A articulação de rede eu vejo como um desafio. Eu compreendo assim, a secretaria de assistência tem uma responsabilidade enquanto a isso, porque vem se tratando muito isso em reuniões. Pra que a gente articule melhor, pra gente busque trabalhar junto. Vem se tratando assim, nessa questão. Mas eu creio que as unidades têm essa dificuldade [...] Até por questão de muita demanda, de falta de tempo, de correria de cada unidade. A gente não

conseguiu ainda se organizar para que esta articulação seja realizada de forma acordada com a secretaria de assistência (Técnico 01).

Assim, a gente vem tentando trabalhar nesta perspectiva de rede. Mas a gente entende que é muito difícil quando todos os sujeitos desta rede não entendem como ele deve funcionar. Como é importante funcionar esta comunicação, esta articulação entre esses equipamentos. Então assim, a gente teve muitas iniciativas de trabalhar em rede. A gente tentou fazer mapeamento de rede [...] Mas a gente tem tido uma dificuldade, porque alguns sujeitos que trabalham na rede têm essa dificuldade de compreensão da importância que é [...] A gente acaba tendo uma rede que não funciona, tendo uma rede precária. Tendo um encaminhamento que a gente envia e não sabe se a pessoa deu providência, se não deu, se a pessoa foi atendida, se não foi. A gente tem uma atividade que a gente desenvolve, a gente chama a rede, a rede não participa, não compõe a atividade. Então a gente tem uma fragilidade, que é uma fragilidade de comunicação, de diálogo em rede. Então assim, a gente tenta ter uma relação boa, mas essa relação nem sempre é na perspectiva na qual a gente espera (Técnico 02).

Ainda há uma dificuldade, não só da própria rede se desenvolver, mas também de suas funções serem claramente conhecidas por profissionais de outras áreas. Fato que causa entraves ao fortalecimento das ações continuadas e dialogadas por toda a rede. O que pode ser constatado pela resposta afirmativa ao questionamento sobre a dificuldade de garantir a articulação também com as demais políticas setoriais,

Com certeza. Em algumas capacitações que a gente participa. Além de alguns seminários e discussões, a gente percebe que outras redes, seja jurídica, seja saúde, educação, tanto quanto a gente, precisa compreender mais sobre a política. Entender de que forma ela funciona, até onde pode funcionar [...] Eu acho que ainda precisa haver essa conscientização. Não é só o CRAS não, o CREAS também. Tem que haver uma maior conexão (Técnico 01).

Contudo, o desconhecimento das atribuições destas unidades não se limita às passagens acima mencionadas. Mas perpassa principalmente, por boa parte dos usuários dos seus serviços.

[...] Então como muitas pessoas não conhecem, as pessoas ainda não sabem como acessar esses serviços (Técnico 02).

Eu penso que as pessoas, talvez porque a equipe do CRAS seja um pouco mais conhecida da comunidade, as pessoas tenham uma certa dificuldade, ou tinha né [...]. As pessoas não vão à unidade, eles param a gente na rua, quando a gente passa no acesso e eles chamam a gente assim à parte e conversam aquela demanda (Técnico 03).

A partir dos desafios elencados neste capítulo, pode-se afirmar que para que haja uma melhor execução da Política de Assistência Social em Cachoeira, há muito que ser aprimorado. Principalmente, no que concerne à porta de entrada para a rede de proteção social, que é o CRAS. Por conta da carência de: recursos, transporte e pessoal para dar conta de toda demanda o CRAS, ainda mantém fragilizado seu papel de porta de entrada para a rede de proteção social do município. O que infringe diretamente no alcance dos demais serviços para estas pessoas, pois toda a rede é afetada pela falta desta mediação.

Alternativas possíveis para a redução dessa defasagem são as ações previstas pelo Governo Federal após o Plano Brasil Sem Miséria³⁶, que através dos eixos: transferência de renda; acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica; e inclusão produtiva, pretende retirar 16,2 milhões de brasileiros da situação de pobreza. Para isso, abarca a geração de diferentes programas e a ampliação de iniciativas já existentes, contando sempre com parcerias dos estados, municípios, empresas públicas e privadas, além de organizações da sociedade civil (BRASIL, 2011 apud FLORENTINO e FLORENTINO, 2014).

Partindo dessa premissa, o Plano Brasil Sem Miséria foca especialmente na diretriz da busca ativa como parte fundamental para a superação da pobreza extrema no Brasil. Colaborando com esse viés, em setembro de 2011, o Conselho Nacional de Assistência Social emitiu a Resolução nº 26, que aprovou os critérios para que ocorra a ampliação do cofinanciamento federal, nos serviços de proteção social básica (FLORENTINO e FLORENTINO, 2014).

Esta resolução estabelece critérios, prazos e procedimentos para a ampliação qualificada no campo das ações do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), através de atuações realizadas por equipes volantes vinculadas ao CRAS. A qual tem como primeira função aos profissionais de referência, a localização das famílias que não se estão inseridas nas políticas sociais, para então incluí-las no Sistema de Proteção Social, a fim de subsidiar a garantia de direitos (Ibidem).

³⁶ De acordo com o MDS (2011 apud FLORENTINO e FLORENTINO, 2014), o objetivo do plano é aumentar as condições de bem-estar e a renda da população, por meio de iniciativas que irão localizar e incluir, por meio da busca ativa, as famílias extremamente pobres nos diversos programas contemplados pelo plano.

3.2 A inserção da Tenda da Cidadania nas atividades da rede de proteção social básica e especial em Cachoeira/BA

Em consonância às necessidades enunciadas anteriormente, foi proposto pelo CRAS Quilombola à Secretária Municipal de Assistência Social de Cachoeira-Ba, em 2013, a realização de um CRAS Itinerante³⁷ nas áreas rurais mais afastadas. No entanto, sob alegação de falta de recurso próprio do Fundo Municipal da Assistência Social para a concretização desta ideia, o pedido foi negado.

Olha, antes de iniciar a Tenda, a gente já tinha um projeto lá no CRAS que era o CRAS itinerante. Porque são locais de difícil acesso e há uma grande dificuldade de transporte. Então, a gente não consegue reunir as pessoas de todas as comunidades em um ponto estratégico [...] (Técnico 03).

A Gestão Municipal aponta que após uma consultoria à Comissão Intergestores Bipartite (CIB), no intento de verificar a possibilidade da implantação de um CRAS Itinerante em Cachoeira, foi-lhe orientado que isto só seria possível com recurso próprio do município, tendo em vista o limite de cofinanciamento da União para CRAS, estabelecido pela Norma Operacional Básica para o nível de médio Porte II.

Porque não haveria mais orçamento da união nem do Estado. Esse entendimento nós já buscamos junto a CIB, que é a Comissão Intergestora Bipartite a nível estadual e que nos foi dada essa orientação. O cofinanciamento da união para Pequeno Porte II, a gente só pode ter dois CRAS. E o Estado entra com a contrapartida do CRAS Quilombola, na época que foi implantado. E o cofinanciamento dos outros dois CRAS e o restante de recurso é do próprio município (Gestora).

Constata-se desta maneira, que apesar da iniciativa do governo federal em ampliar a possibilidade de acesso aos serviços do CRAS, pelo incremento das equipes Volantes em âmbito nacional, isto ainda não garante a universalidade de seu alcance. Já que a necessidade real não é sanada graças ao quesito da seletividade, que tende a incidir sobre as políticas públicas no país de maneira geral.

³⁷ Segundo Florentino e Florentino, 2014 “[...] o objetivo da Equipe Volante é prestar serviços de Proteção Social Básica no território de abrangência do CRAS e a que se vincula às famílias a ele referenciadas, potencializando o PAIF em territórios de extensão territorial, isolamento, áreas rurais e difícil acesso. A especialidade das Equipes Volantes é prioritariamente ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica.”

Destarte, o CREAS, também sentiu a necessidade de adquirir uma maior proximidade com a população usuária de seus serviços, pois, desde sua inauguração, em fins de 2012, até meados de 2013, a instituição permaneceu com demandas escassas. O que é explicado por dois motivos: a priori, pelo pouco tempo para a articulação da recente unidade com os demais equipamentos da rede, tendo em vista a alteração de seu corpo técnico em um curto intervalo de tempo; e em seguida, pelo pouco conhecimento que a população possuía sobre a função da unidade. Com isso, tornou-se uma das prioridades da instituição naquele ano a sua divulgação.

Quando a gente chegou ao CREAS, o CREAS não era muito conhecido [...] Não tinha atendimento, não tinha mandatário, porque ninguém sabia o que era CREAS. Então, antes de fazer as visitas nas instituições para divulgar o CREAS, a gente pensou em fazer esse CREAS itinerante (Técnico 02).

É notável a iniciativa dos profissionais de ampliar a sua capacidade protetiva de média complexidade. Entretanto, sabe-se que, preferencialmente, a função de porta de entrada para os serviços é tarefa do CRAS. Porém, frente às dificuldades já expostas pelo mesmo em consolidar esta tarefa por todo território, torna-se complicado esperar que esse papel pudesse ser cumprido em tão pouco tempo, elevando a procura pelos serviços do CREAS. Ademais, nada impede ao CREAS de efetuar a busca ativa por mandatários, além de realizar o ofício da contrarreferência.

Desta forma, o CREAS propôs à Secretaria Municipal de Assistência Social, o patrocínio para a realização da atividade Itinerante. Obtendo o aval negativo, com a justificativa de falta de recursos para tal.

Todavia, a posteriori, a Secretaria respondeu ambas as solicitações, por meio de uma construção verticalizada, formulando um Projeto de Ação Itinerante denominado “Tenda da Cidadania”. Para qual, convidou as equipes dos CRAS e CREAS a executá-lo, tendo desses equipamentos uma boa receptividade.

Foi na verdade um chamado para a gente comparecer, para a gente compor o projeto. Nos primeiros dias a gente foi identificando o que a gente poderia fazer, qual era a proposta, algumas coisas. Aí, depois, em algumas reuniões, a secretária foi chamando a gente para avaliar a viabilidade do projeto, para propor algumas mudanças. Aí no decorrer, a gente fez algumas propostas, algumas modificações. Mas inicialmente, foi uma coisa mesmo de cima para baixo (Técnico 02).

A secretaria compreendeu que este projeto seria realizado através de toda rede de assistência (CRAS, CREAS, programas de benefícios), enfim, para

que de cada unidade participasse um técnico, a coordenação [...] Ele foi elaborado pela secretária, porque ela compreendeu de uma forma que não necessariamente todos os técnicos terão que compreender, fazer a mesma leitura (Técnico 01).

O CRAS realmente acolheu, abraçou a proposta da Tenda, por entender das necessidades da comunidade (Técnico 03).

Sob esse modelo de engendramento, o projeto escrito da Tenda da Cidadania, define que seu escopo é “[...] a realização de um conjunto de ações para a garantia dos direitos, melhoria da qualidade de vida e superação da pobreza de famílias, crianças, jovens e adultos que se encontram em situação de vulnerabilidade social”.

Para tanto, é organizada da seguinte maneira: a Secretaria disponibiliza um carro semanalmente sob sua custa, para levar, de forma revezada entre as unidades, seus técnicos, para prestarem atendimento nas zonas rurais de abrangência do CRAS a qual são equipe de referência. Além deles, também são deslocados alternadamente, profissionais incumbidos do cadastramento e recadastramento do Bolsa Família; facilitadores dos CRAS e os profissionais de beleza contratados especialmente pela Tenda, quais sejam: manicure e cabelereiro.

Composta por este corpo profissional, a Tenda oferece os seguintes serviços: Atendimento psicossocial (CRAS e CREAS); Atendimento jurídico (advogada do CREAS); Cadastro e Recadastramento do Bolsa Família; Corte de Cabelo masculino e manicure.

As Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde firmaram parceria para que a Tenda pudesse contar com serviços da Saúde. O que ocorre com frequência. Pelo menos um técnico de enfermagem ou enfermeiro de Posto de Saúde da Família daquela área participa aferindo pressão e/ou testando o nível de glicemia na população. Em regiões maiores, também ocorre atendimento médico.

O tópico que segue, trará um maior detalhamento a cerca dos serviços oferecidos na Tenda da Cidadania, com o fito de elucidar a sua contribuição para a execução da Política de Assistência Social do município supramencionado.

3.3 O papel da Tenda da Cidadania na execução da Política de Assistência Social na cidade de Cachoeira - BA

Os serviços realizados pelas unidades públicas de proteção social na Tenda da Cidadania assemelham-se em finalidade aos prestados pelo CRAS Itinerante. De modo a aproximar a população rural à rede socioassistencial do município. Porém, em contraponto ao CRAS Itinerante, os profissionais da Tenda limitam-se apenas a atendimentos individualizados, a fim de apreender vulnerabilidades e riscos sociais naquela comunidade. Não havendo a oferta de serviços socioassistenciais. Nem tão pouco, um caráter contínuo das ações realizadas nestas localidades.

Bem, nos projetos itinerantes não são realizados serviços do CREAS de forma específica. É mais uma oportunidade de divulgação, para que a comunidade compreenda qual é a proposta do CREAS e busquem, denunciem, encaminhem demandas para o CREAS [...] (Técnico 01).

[...] Os serviços são de atendimento individualizado, quando tem. Atendimento do serviço social, da psicóloga e da advogada [...] (Técnico 02).

Não obstante, devido à falta do recurso da União direcionado ao CRAS Itinerante, a execução da Tenda se dá de forma improvisada, sem a contratação de mais profissionais da equipe de referência. De maneira a aproveitar os técnicos das próprias instituições de proteção social local, no escopo de enxugar gastos. Entretanto, põem em risco a qualidade do andamento dos serviços realizados na sede das unidades de atuação desses profissionais. Já que eles deixam de cumprir as tarefas dentro destes espaços para estarem na Tenda.

Sob estas condições, os técnicos realizam uma busca ativa de usuários para o serviço, que significa:

[...] Levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais pobres cheguem até o poder público [...] alcançar a população considerada invisível, aquela que não acessa serviços públicos e vive fora de qualquer rede de proteção social.

Dentro desta perspectiva, os técnicos afirmam como uma das suas missões na Tenda da Cidadania:

[...] Eu particularmente acredito que se a proposta é realmente a busca ativa como eu compreendo que é o trabalho do CREAS na Tenda da Cidadania [...] O CREAS trabalha com busca ativa e nesse sentido, a gente faz parte do Projeto da Secretaria de Assistência Social, Tenda da Cidadania, que é um Projeto Itinerante, onde a equipe do CREAS faz parte semanalmente e onde a gente consegue encontrar algumas demandas [...] (Técnico 01).

Em algumas Tendas a gente fez a busca ativa, conhecendo as famílias daquela comunidade, passando de casa em casa, mas não foram em todas as Tendas. Em algumas Tendas a gente fez essa identificação do território [...] (Técnico 02).

Em concomitância a esta busca ativa ocorre à divulgação para as comunidades atendidas das funções dos CRAS e CREAS.

O CREAS na verdade vem aproveitando para isso, para divulgar, para buscar demandas, para que as pessoas estejam inseridas nesta proposta do CREAS, nesta política (Técnico 01).

Assim, por consequência, ocorre a elevação do número de pessoas inseridas na rede de proteção social local. Prova disso, é a afirmação do aumento considerável da procura dos usuários nos equipamentos públicos executores da política de assistência no município.

E quando eu falei do impacto que a Tenda da Cidadania realizou no município eu falo muito da informação, da divulgação, porque eu percebo que a partir daí, o CREAS deu uma alavancada. As pessoas buscaram, procuraram, entenderam o serviço do CREAS a partir da Tenda da Cidadania [...] Eu compreendo mais que isso, serviu para que as famílias compreendessem melhor sobre a rede de assistência e partir daí buscassem seus direitos (Técnico 01).

Um momento que merece destaque nesta busca ativa é a Roda de Conversa organizada pelos técnicos dos CRAS e CREAS. Dentro da qual, não apenas o conhecimento da rede de proteção social é compartilhado, como os problemas da região atendida são conhecidos.

[...] A gente promove rodas de conversas, rodas de discussões e a comunidade toda se envolve, seja a comunidade de saúde, de escola, a comunidade em geral. Então ali a gente aproveita pra estar divulgando, orientando, distribuindo panfletos, enfim, a gente usa de vários artifícios e estratégias para que o nosso trabalho seja divulgado [...] (Técnico 01).

A Tenda é a oportunidade que o CREAS tem de estar nessa zona rural, divulgando o que é o CREAS e identificando se tem violência doméstica, se tem violência contra a criança ali. Identificando as demandas dali, para que a gente também pudesse trazer. É um espaço também de busca ativa, da gente identificar a demanda e trazer pro CREAS [...] E o que é o foco da gente mais é participar das rodas de conversa. A gente aproveita para divulgar, para fazer propaganda dos serviços do CREAS. E os CRAS também aproveitam esse espaço para socializar também quais são os serviços dos CRAS (Técnico 02).

Neste viés, com as ações citadas acima, a Tenda preenche uma pequena parcela da lacuna por atenção de cunho social do poder público com a população mais distante do centro urbano. Que por dificuldades de transporte, falta de informação, dentre outras, obtêm um acesso à rede de assistência de forma consideravelmente mais restrita se comparada aos usuários da área urbana.

Não obstante, a principal função destas tarefas, qual seja: aumentar a demanda por serviços, aproximando-os das áreas rurais, é um viés de mão dupla. Já que ao pé que a procura cresce, a equipe de referência também deve ser ampliada. Entretanto, percebe-se a carência financeira para a efetuação desta possibilidade. Assim, se os recursos são escassos para o estabelecimento de um CRAS Itinerante e os profissionais que atuam nos CRAS e CREAS já não conseguem dar conta de todo o território de sua referência, ampliar a procura sem capacidade financeira para supri-la, pode sobrecarregar os profissionais já atuantes e intensificar a precarização dos serviços já efetivados.

Todavia, a Tenda estende seu atendimento com foco em outros serviços. O segundo deles: cadastramento e recadastramento do Programa Bolsa Família³⁸, consonante à procura pela uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, prevista nos objetivos constitucionais, tem por intuito facilitar o acesso do maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade social intensificada pela pobreza à segurança de sobrevivência prevista pela PNAS. Todavia, é relevante salientar que este é um dos serviços mais procurados pelos assistidos da Tenda. Reforçando o caráter central dos benefícios de transferência de renda para a política de Assistência Social.

O terceiro serviço, de manicure e corte de cabelo masculino, é considerado pela Gestora Municipal uma ação cidadã.

Faz parte da configuração da Tenda também o serviço de manicure, pedicure, corte de cabelo, que é uma ação Cidadã. Para você promover também a pessoa na questão da auto-estima, da melhoria da aparência física né. Para muitas comunidades foi assim, um ganho único, levar a manicure, a pedicure para fazer unhas das mãos, dos pés; corte de cabelo para criança, para pessoa adulta (Gestora).

Ora, ainda que a promoção da autoestima seja algo importante, quando se tem um orçamento limitado e um contingente considerável de pessoas em extrema vulnerabilidade social devido à pobreza, o que ocorre em Cachoeira, outras prioridades devem ser definidas.

³⁸ O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o programa Brasil Sem Miséria, que tem foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. (BRASIL, 2015)

Neste caso, o uso do recurso destinado a tais serviços, poderia ser direcionado para ações ou projetos que subsidiem o crescimento da renda familiar. Ademais, não há direito social instituído pela Constituição que preveja a inserção de uma “ação cidadã” como esta em seu escopo.

No mais, os facilitadores do CRAS também levam seus serviços para a Tenda. Na qual, através de atividades lúdicas, desenvolvem trabalhos pedagógicos com as crianças que acompanham os pais durante a prestação dos serviços, contribuindo com a organização do espaço da Tenda.

Aí, tendo em vista que as mães atendidas pela Tenda da Cidadania levavam seus filhos junto com elas, porque não tinham com quem deixar. As crianças chegavam lá e ficavam sentados, inquietos, porque criança fica inquieta mesmo. E não tinha uma atividade voltada para elas [...] Depois da minha inserção na Tenda, isso não acontece mais, porque nós oferecemos um dia diferente para as crianças. Uma aula diferente [...] Fazemos um dia de brinquedoteca móvel. A gente brinca, faz recreações, conta história, faz atividades socioeducativas. Tudo isso a depender do lugar onde a gente esteja. A depender da realidade de vida de cada comunidade. A depender do modo de vida de cada comunidade eu adequo o meu planejamento, não trabalho da mesma forma em todas (Facilitador do CRAS).

Sobrevém na Tenda também, naquelas comunidades com maior índice de pessoas pobres, a distribuição de: cestas básicas; enxoval para bebê; dentre outros itens e materiais essenciais à reprodução da vida social humana. Fato por sinal questionado à Secretária Municipal de Assistência Social, a qual defendeu que a efetuação desta entrega está prevista pelos Benefícios Eventuais³⁹ da Lei Orgânica da Assistência Social.

Mas conta também com os benefícios eventuais, que ainda existem na Política de Assistência Social. E dentro dos benefícios eventuais a gente tem a questão da urna mortuária, a questão do enxoval, a questão da cesta básica, em caso de extrema necessidade, de emergência [...] A gente tem a questão do auxílio viagem, isso tudo regulamentado por lei municipal, por lei federal, que atende essa questão dos benefícios eventuais [...] A gente tem uma comunidade às vezes pequena, com 15 ou 20 famílias, que compõe aquela comunidade, mas que é caracteristicamente quilombola. Foi um núcleo que nós encontramos com essa deficiência. Onde são pessoas que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade, carência econômica, ou família que só vive com o Bolsa Família mesmo [...] (Gestora).

³⁹ O artigo primeiro do Decreto 6.307 de 14 de dezembro de 2007, complementa o artigo XXII da LOAS, e define benefícios eventuais como: “[...] provisões suplementares e provisórias prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”.

De fato, a entrega destes subsídios é assegurada por lei, pois o artigo sétimo do Decreto 6.307 de 2007 a classifica como necessária em situação de vulnerabilidade temporária, percebida pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar. Encaixando-se nos incisos I e II do referido artigo, respectivamente nas categorias de risco e perdas. A primeira exprime a ameaça a sérios padecimentos e a segunda à privação de bens e segurança material, expressos em Cachoeira, principalmente pela ameaça da fome.

Decerto, quando boa parte da população não só necessita da segurança de sobrevivência dos benefícios de transferência de renda, mas também solicita o suprimento de suas necessidades alimentares básicas, estando coberta por lei, torna-se complexo exigir o rompimento das atuações assistencialistas na política de Assistência Social. Já que a mesma se materializada de forma equivocada, abre lacunas para que o movimento de ruptura com práticas caritativas caminhe a passos lentos. Apontando deste modo, seu direcionamento cada vez mais focalizado nos benefícios pecuniários do que nos serviços de proteção social.

Um fato que comprova a afirmação supramencionada é a falta de comprometimento do governo do Estado para com sua contrapartida no financiamento dos benefícios eventuais. Contribuindo com o sucateamento e focalização dos serviços, sobrecarregando o município com o seu custeio.

Então nós levamos para aquela comunidade também o benefício eventual, que também é recurso do município [...] Porque não existe um recurso de cofinanciamento para benefícios eventuais. Benefícios eventuais são recursos próprios do município. Existe sim, nessa questão de benefícios eventuais com o Estado, um pequeno valor, não com a União, mas com o Estado, um pequeno valor que é disponibilizado, que por sinal nós não recebemos do Estado desde o ano passado. Então já tem bastante tempo que a gente não recebe [...] (Gestora).

Não obstante, além dos benefícios eventuais, a Tenda conta com a emissão de documentos gratuitos, como caminho de concretização de busca ativa, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria, que considera, dentre outros motivos, a ausência de documentação civil, umas das principais causas da ‘invisibilidade’ da população extremamente pobre para os serviços públicos e a qualquer rede de proteção social.

Por fim, compõe a Tenda, os serviços de: aferição de pressão; teste de glicemia; atendimento médico e/ou odontológico, componentes da área de saúde. Contudo, estes não sucedem em todas as atividades desenvolvidas pela Tenda. O que varia a depender do tamanho da comunidade e da parceria estabelecida com os PSF locais.

E há uma importante parceria da Tenda com a secretaria de saúde. Então a gente poder também levar algum tipo de serviço de saúde para aquela comunidade. Como aferição de pressão, teste de glicemia. E em algumas comunidades foi possível levar a unidade de saúde móvel, com atendimento de odontologia. A gente conseguiu conciliar em algumas comunidades essa realidade, levar a presença do médico para um atendimento [...] (Gestora).

De todo modo, sua ocorrência contribui com a melhoria do diálogo e da parceria entre as redes de assistência e saúde. Propiciando uma maior troca de informações, facilitando a consumação do mapeamento de vulnerabilidades e melhorando a compreensão das equipes de saúde sobre a assistência social. Contudo, esta aproximação ainda é tímida se analisada na perspectiva de articulação em rede. Pois não se trata de um trabalho sistemático, de continuidade, o qual promove reuniões e planejamento entre as duas áreas. Mas sim, de intervenções pontuais, de cunho individualizado, que abrem caminho para que haja uma maior ligação posteriormente.

A Tenda da Cidadania aproximou a gente um pouquinho mais da realidade da saúde. Porque sempre a secretaria de saúde participa conosco das ações da Tenda da Cidadania. Então eu creio que houve uma proximidade com a secretaria de saúde [...] (Técnico 04).

A Tenda [...] fortaleceu também o conhecimento e o diálogo com os territórios, com os PSF, com a equipe do NASF. Nos territórios que a gente ia, a gente acabava conhecendo os agentes comunitários, conheceu enfermeiro, conheceu equipe de médico. Então a gente pôde assim, de uma forma superficial ali naquele momento, trocar um contato, fazer um diálogo. E que isso pôde se estender para depois. Não que a gente entendeu essa articulação, para dizer que a gente tem uma rede articulada, não tem. Mas que a gente pode acessar fazer uma abordagem, com esses instrumentos nestes espaços, eu acho que sim (Técnico 02).

Eu percebi na questão de divulgação. Porque até mesmo outras redes, de educação, saúde e tal, não conhecia na realidade a proposta da rede de assistência. Não Entendia o que era CRAS, o que era CREAS. Eu creio que a rede de assistência sempre compreendeu mais a rede de educação, saúde, jurídica também, mas as demais redes não compreendiam a rede de assistência de uma forma mais ampla. E eu creio que a Tenda da Cidadania proporcionou isso. Pois o projeto envolve a participação de membros das outras redes. E partir daí, eles tem a possibilidade de compreender mais a rede de assistência (Técnico 01).

Ademais, a Tenda cooperou com aumento da capacidade da conversação e, por conseguinte, com a melhora da articulação das próprias unidades públicas de proteção social. O que pode ser percebido pelas afirmações dos técnicos a cerca dos impactos causados pela Tenda na realização de suas atividades.

Acho que um pouco ela influenciou, porque ela fortaleceu mais o contato entre os CREAS e o CRAS. Porque cada Tenda num território a gente estava com o CRAS específico daquele território. Então ela fortaleceu um pouco mais a comunicação entre o CREAS e o CRAS (Técnico 02).

Acho que houve um reforço do trabalho em rede. A gente sabia da importância do trabalho em rede, a gente fazia o máximo para atuar em rede, mas devido às limitações dos próprios serviços. Devido às dificuldades, eu percebia, que existia uma certa carência em estar mais próxima dos outros serviços. E eu percebi que com a Tenda [...] os serviços puderam estar mais próximos e, conseqüentemente, pudemos trabalhar de uma forma mais satisfatória para atender as demandas. Acho que pudemos organizar melhor as demandas. A gente pôde encaminhar diretamente. Houve casos que a gente encaminhou diretamente para o CREAS naquele momento (Técnico 03).

E em relação à própria rede de assistência [...] Bem, eu já tinha uma proximidade muito grande com o CREAS antes da Tenda, não com toda a equipe. Esse fortalecimento aconteceu depois das ações da Tenda da Cidadania, de fato (Técnico 04).

Este, assim como os demais aspectos elencados anteriormente, apresenta a Tenda da Cidadania como uma iniciativa de aproximação da rede municipal de assistência social com a sua população usuária mais necessitada. Concretizada através de parcerias com outro eixo da seguridade social, a saúde. Contudo, há inúmeros desafios para que a Tenda materialize aquilo que se propõe a fazer.

4. A TENDA DA CIDADANIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A SUA MATERIALIZAÇÃO

O capítulo que segue, fará um comparativo entre os objetivos definidos pela secretaria de assistência para a Tenda da Cidadania e o papel real por ela desempenhado. A partir do ponto de vista de quem a gere e nela trabalha. Apontando desafios e caminhos para que este projeto materialize seus objetivos.

4.1 O significado da Tenda da Cidadania para seus gestores

Da maneira proposta pela metodologia adotada neste trabalho, na perspectiva de compreender a significação da Tenda da Cidadania para sua gestora, a secretária de assistência social do município. Foram direcionadas perguntas referentes: aos principais objetivos do projeto; à necessidade real de sua execução; aos impactos sociais provocados nas comunidades atendidas; à sua contribuição com a redução dos riscos e/ou vulnerabilidades sociais e/ou fortalecimento de vínculos familiares e aos desafios apontados para que a Tenda consiga materializar seus objetivos.

Nesse sentido, a entrevistada reconhece os entraves que os Centros de Referência em Assistência Social das áreas rurais possuem para consolidar-se como porta de entrada à rede socioassistencial na totalidade de seu território de referência. Do mesmo modo que afirma a necessidade de divulgação das unidades de proteção social do município. Reforçando o já mencionado papel da Tenda como campo de busca ativa, contribuinte com a possibilidade real de aumento de assistidos pelos serviços de proteção social local. Apresentada como alternativa adotada por sua gestão para substituir o CRAS Volante, já que o município não possui capacidade financeira para implantá-lo sem o cofinanciamento.

Assim, defende que o principal desígnio da Tenda é abeirar os serviços públicos de assistência social às comunidades mais distantes. Revelando tal ideia na seguinte fala:

[...] É justamente esse. De aproximar os serviços, de levar os serviços, de dar visibilidade dos serviços que são realizados nos CRAS e CREAS [...] E a gente vai descobrindo alternativas de atuação, quando a gente não dispõe de todos os equipamentos. Que seria no caso, ter um CRAS Volante, para poder realizar os atendimentos contínuos também nas comunidades. (Gestora).

Quando perguntada a cerca dos impactos sociais que a Tenda provoca nas comunidades atendidas, a secretária considera a elevação da procura pelos serviços a sua consequência substancial.

Sobretudo, a grande procura pelos serviços que começaram a acontecer depois da Tenda. Tanto na questão do CREAS. Aquelas pessoas que já tinham vivido situações de violação de direito, de agressão, seja mulher, seja criança. Alguém que tenha uma situação em casa, que não sabe onde procurar, quem procurar. Então eu acho que um dos grandes impactos foi esse: da descoberta dos serviços. As pessoas começaram a buscar esse serviço. A gente começou a ter uma demanda muito maior. Tanto no CRAS como no CREAS. E a gente poder conhecer a comunidade mais de perto. [Né], porque ah, Cachoeira é muito grande, tem problema ali na comunidade do Alecrim, tem problema ali na comunidade do Tibiri, mas ir para a comunidade, passar um dia na comunidade, conversar com as lideranças, conversar com as pessoas da comunidade, com aqueles que são integrantes da rede, que estão no dia-a-dia ali, como é a questão do agente comunitário, a questão do professor na escola. E poder perceber de fato qual é a vulnerabilidade naquela comunidade, foi um grande diferencial que a gente conseguiu com a Tenda da Cidadania. Então eu acho que isso foi um impacto muito positivo que nós tivemos com essa ação (Gestora).

No que concerne à contribuição da Tenda para a redução dos riscos e/ou vulnerabilidades sociais e/ou fortalecimento de vínculos familiares, a sujeita de pesquisa defende que partir da informação e orientação dos técnicos ao usuário. O segundo pode apoderar-se frente a riscos e/ou vulnerabilidades sociais por ele enfrentados.

Olhe só, a Tenda [...] a partir do momento que a gente leva profissionais como assistentes sociais, como psicólogos, que podem sentar com uma demanda específica, fazer um atendimento individualizado como acontece alguns, ou fazer uma palestra, que oferece um conhecimento geral às pessoas sobre como é que podem estar se comportando, como é que a pessoa pode agir em determinadas situações. Acho que isso a gente já ajuda a comunidade a perceber de que forma ela pode lidar com aquele risco social. Eu acho que por mais que a gente faça ou mesmo que tivesse ali naquelas diversas comunidades que a gente tem e que em cada comunidade a gente tivesse uma ação específica ou de CRAS ou de CREAS, ou do serviço de convivência acontecendo em cada comunidade, prever a não ocorrência da vulnerabilidade seria um pouco contraditório. Seria um pouco difícil a gente prever a não existência da vulnerabilidade [...] (Gestora).

De fato, antever a não ocorrência de vulnerabilidades sociais, seria prever a inexistência da questão social e suas várias facetas, intensificadas pela pobreza. Fato não possível no sistema capitalista de modelo econômico neoliberal. Nesse viés, a entrevistada prossegue sua fala com a seguinte afirmação:

A gente lida com a vulnerabilidade, a gente busca ajudar as pessoas a superar essa vulnerabilidade, a enxergar alternativas de como sair dessa situação. A partir da Tenda também a gente teve muitas situações de encaminhamentos para Centros de Referência de pessoas que buscaram esse atendimento, esse acompanhamento, esse serviço. Então eu acho que a gente tem conseguido fazer esse diferencial dentro das comunidades. E dar informação e formação é uma forma de ajudar a pessoa, de ajudar a comunidade a superar aquela situação de vulnerabilidade (Gestora).

Contudo, ela afirma que a Tenda não provoca mudanças sociais imediatas. Mas isso pode ocorrer em longo prazo.

As vezes o resultado não é instantâneo. Eu posso dizer que o trabalho da assistência social não é um TANG, que a gente coloca na água para dissolver e já está pronto para beber. Não é TANG, é um trabalho que as vezes o resultado se colhe com um tempo depois. Com a consciência que é formada, com o conhecimento que é adquirido. E aí a gente tem de fato essa mudança social. É o mesmo processo da educação né. De imediato, só em implantar uma escola naquela comunidade, a gente não consegue mudar o perfil daquela comunidade de imediato. Mas a gente vai colher isso com o passar dos anos, o passar do tempo, que as pessoas vão tendo aquela formação, vão tendo acesso aquela educação. Aí sim vai mudando a realidade daquela comunidade. Da mesma forma ocorre com os atendimentos, as ações que são realizadas pela Política de Assistência Social (Gestora).

No que diz respeito aos desafios elencados para que a Tenda materialize seus objetivos, a gestora elenca limitações de operacionalização do projeto.

Eu acho que são desafios as vezes a estrutura, logística, para a gente poder chegar com a Tenda nas comunidades. Essa dificuldade de logística já nos causou em alguns momentos muitas dificuldades, que é conseguir levar a equipe com todo aparato que a gente precisa, para que a Tenda possa acontecer de forma satisfatória [...] A questão financeira também é um desafio. Você tem que ter recurso disponível para fazer uma ação como essa que não tem cofinanciamento. (Gestora).

Todavia, as dificuldades acima elencadas se encontram muito mais referidas ao processo de operacionalização da Tenda do que a materialização de seus fins expostos no projeto escrito entregue pela gestora. Que por sinal, difere e até certo ponto se contradiz aos intentos mencionados pela sujeita de pesquisa durante a entrevista. Já que um dos desígnios da Tenda apresentado no projeto é a superação da pobreza de famílias, crianças, jovens e adultos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Por outro lado, os objetivos defendidos pela entrevistada em sua fala correspondem apenas à divulgação e aproximação

das comunidades rurais aos serviços da rede socioassistencial local. Sem mencionar as estratégias da Tenda para superação da pobreza. E afirmando seguidamente, a impossibilidade de inexistência desta, como de outras facetas da vulnerabilidade social. Logo, afirma a não possibilidade de materialização deste objetivo.

Em suma, o discurso da gestora deixa em aberto o caráter de continuidade e efetividade da Tenda. Visto que ela se constitui como projeto de governo. O qual a depender do interesse do próximo governante pode ou não permanecer em execução. Além disso, deve ser levada em consideração a limitação desta aproximação dos serviços de assistência com as populações rurais. Pois ainda que as pessoas possam requisitá-los a partir do conhecimento adquirido na Tenda referente ao seu direito à Proteção Social. Outros determinantes que dificultam a sua participação destes usuários permanecem. Tais fatores serão tratados mais adiante, no tópico referente aos desafios e possibilidades para a materialização da Tenda da Cidadania em Cachoeira/BA.

Ademais, a observação participante realizada no período de estágio, propiciou a percepção das relações de poder e interesse envolvidos na execução deste projeto. Podendo constatar que a Tenda da Cidadania fornece capital político para o governo municipal. O que se expressa desde o slogan: “O nosso trabalho é cuidar de você”. Até a satisfação de muitos usuários atendidos. Os quais valorizam a atenção dada à sua comunidade naquele dia. E muitos outros exigem da prefeitura a execução da Tenda em sua localidade.

Uma das falas mais marcantes, comprovadora desta afirmação, foi a de um demandatário na fila do atendimento para um dos serviços da Tenda. Que, desprovido da compreensão sobre o funcionamento da política de assistência, comentou com o colega ao lado: “O que a sua presidenta não faz o meu prefeito faz”. Frase que reforça as relações clientelistas e assistencialistas da política local. E comprova que os marcos legais progressistas da assistência social, instituídos após a Constituição de 1988 não foram capazes de romper com a cultura política arraigada na lógica do favor. De fato, como defende Oliveira (2003) a efetuação dos direitos sociais não escapa das determinações políticas, econômicas e culturais. E sabe-se que no Brasil, todas elas desfavorecem a sua concretização.

Este fato também foi citado pela gestora de assistência social, como um desafio não só da Tenda, mas da política de assistência como um todo.

Um outro desafio é mobilizar a comunidade para um ação na qual você não vai dar coisas à comunidade é um desafio também [...] Muitas vezes as pessoas pensam a assistência social só como assistencialismo, como dar coisas. Dar sexta básica, dar caixão, dar enxoval. E as vezes há pessoas que

me procuram para pagar recibo, eu digo: ‘gente, assistência social não é isso’ (Gestora).

Obstáculo esse enfrentado não só pela gestão municipal, mas por toda a equipe técnica envolvida na execução do projeto. O tópico a seguir fará uma sucinta abordagem sobre os desafios e possibilidades para que a Tenda materialize seus intentos.

4.2 Desafios e possibilidades para a materialização da Tenda da Cidadania em Cachoeira - BA

Partindo da análise documental do projeto da Tenda da Cidadania e utilizando como parâmetro de comparação as falas dos entrevistados. Bem como a observação participante realizada na vivência neste espaço de atuação das unidades públicas de proteção social de Cachoeira, Ba. Pode-se afirmar que, a Tenda deveras desvia de seu propósito inicial escrito em seu projeto. Visto que seu papel concreto é efetivar a busca ativa e a divulgação dos serviços socioassistenciais para as populações atendidas. Contudo, essa finalidade se distancia de ações promotoras da superação da pobreza. Na melhor das visões, ela contribui com o combate à extrema pobreza⁴⁰, por via do cadastro das famílias no Programa de transferência direta de renda, Bolsa Família. Todavia, dentro do sistema capitalista, superar a pobreza é um objetivo surreal.

Destarte, sob a perspectiva de sua real função, qual seja: Aproximar as comunidades rurais à rede de proteção social do município. É importante apontar que esta aproximação está limitada a atendimentos pontuais. Seguidos de alguns encaminhamentos. Mas não há ações contínuas naquela comunidade a posteriori. E a sua população permanece com as demais dificuldades para acessar os serviços socioassistenciais de proteção social.

Ah, entendi, dos impactos sociais... Então, na verdade aquele impacto é um impacto superficial e diário [...] Naquele dia ali você rompe a rotina cotidiana daquela comunidade, mas não impacta de forma muito mais abrangente. Como a Tenda é um dia [...] Durante aquele dia a gente quebra aquela rotina cotidiana daquela comunidade, daquele território. Então, o impacto de presença dos serviços naquele dia ali, é impactante para aquelas

⁴⁰ Em consulta ao Boletim do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), constatou-se que Cachoeira detém 8.501 (Oito mil, quinhentas e um) famílias registradas no Cadastro Único do Governo federal. Destas, 5.176 (Cinco mil, cento e setenta e seis) são beneficiárias do Programa Bolsa Família (45,58% da população do município).

comunidades que não vêm, que não sabem, que não acessam. Que têm dificuldades de acessar um psicólogo, que têm dificuldade de ter uma orientação jurídica com um advogado durante aquele dia. Mas esse atendimento é muito superficial, porque esses serviços eram para estar nas comunidades todos os dias [...] O trabalho acaba sendo um trabalho seletivo [né]. Você vai lá, identifica aquela demanda e atende aquela demanda, mas você sabe que existem várias outras famílias naquela comunidade da zona rural que passam por vulnerabilidades e riscos sociais. E você não atende, assim como toda política pública é seletista, focalista, a política de assistência também [...] A gente atende um caso ali. Um caso de uma comunidade, um caso de outra comunidade. Até outro dia eu estava pensando isso, que esse atendimento [...] acaba sendo um retrocesso na perspectiva do serviço social, porque parece um retrocesso, aquela perspectiva do trabalho de caso. De tanto que a gente fica assim: atende um caso em São Francisco do Paraguaçu, atende um caso no Iguape. A gente sabe que no Iguape a gente atende um caso de violência contra o idoso, mas tem milhões de outros casos. A gente não consegue sair da ação individual para a ação coletiva mais politizante. De discutir a demanda a nível maior. A demanda da violência contra o idoso naquele território. A gente não consegue tornar coletivo aquele problema. Então a gente acaba atendendo de forma focalizada, algumas famílias. (Técnico1).

Nesse sentido, cabe salientar que: ainda que a Tenda tenha promovido o acesso à informação dos seus usuários e corroborado com a elevação da procura da população rural pelos serviços prestados nos CRAS e CREAS do município. Persistem ainda: as dificuldades de transporte, tanto para os técnicos, quanto aos demandatários; falta de recursos para a garantia da ampliação dos serviços socioassistenciais. Como também a sua focalização.

Desta forma, sob o molde no qual o projeto tem sido implementado, há cerca de um ano e meio. A materialização da finalidade para a qual tem por justificada sua existência, ultrapassa sua capacidade financeira e de recursos humanos. Pois, para que a real aproximação aos serviços socioassistenciais aconteça, é necessário que estes cheguem de fato às comunidades. Todavia, a própria política de assistência deixa brechas para que o alcance dos serviços não seja universal. Já que impõe restrições territoriais para a ampliação do cofinanciamento federal, em detrimento da necessidade real de atendimento da população carente de atenção dos serviços da rede de proteção social. De modo a reafirmar o caráter seletivo e focalista da política de assistência social.

Nada obstante, é relevante reconhecer as possibilidades que a Tenda possui para melhorar a sua capacidade de impacto social positivo, com a estrutura e os recursos que detém. Uma delas é a coleta de dados para a produção e análises qualitativas e quantitativas, que sirvam de subsídio para a realização da vigilância socioassistencial a nível municipal. De maneira a fortalecer a capacidade de conhecimento dos gestores e profissionais a respeito das presenças e formas de vulnerabilidade social nas localidades rurais atendidas pela Tenda.

Contribuindo com a indução do planejamento de ações de cunho preventivo e colaborando com o aprimoramento das ações que visem à restauração de direitos violados e a cessão de situações de violência (BRASIL, 2013).

Outro caminho viável para a Tenda é o aprimoramento das rodas de conversa⁴¹. No fito de desenvolver ações de caráter coletivo e politizador. Que fortaleça a articulação das comunidades na busca pela efetivação de seus direitos.

Além disso, a Tenda se constitui como um espaço potencial para a realização da defesa institucional. Podendo possibilitar o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais aos seus usuários, assim como promover a sua defesa.

Ademais, como já percebido, a Tenda pode subsidiar a melhoria da articulação de rede entre a política de assistência e a de saúde. Nessa perspectiva, ela se apresenta como um campo de possibilidades para o desenvolvimento de parcerias que podem ser estendidas a outras políticas setoriais. Reforçando a qualidade do diálogo entre as políticas sociais. Com vista à garantia de direitos.

É relevante ressaltar que este trabalho objetivou realizar as primeiras aproximações a este objeto de investigação. E não esgota as variadas possibilidades de abordagens desta temática em estudos posteriores. Por ora, estas considerações foram as mais evidenciadas a partir da revisão da literatura, da análise documental do projeto da Tenda, das falas dos sujeitos participantes das entrevistas e a observação participante na vivência de estágio supervisionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁴¹ Durante a observação participante realizada na Tenda, viabilizada pela experiência de estágio supervisionado em serviço social. Foi percebido que as rodas de conversa ocorridas no projeto são uma importante ferramenta para o fortalecimento político da população atendida e para a coleta de dados da vigilância socioassistencial. Pois, apesar de ser iniciada com a divulgação dos serviços do CRAS e do CREAS, sua dinâmica varia de localidade para localidade. Em algumas áreas, a população falava dos problemas da comunidade, queixava-se de dificuldades para acessar os serviços públicos. Em uma delas especialmente, houve também debate político sobre o seu acesso limitado aos serviços da rede pública de assistência social da sua área de referência. Revelando este espaço como campo de possibilidades para o fortalecimento dos sujeitos na perspectiva do direito.

O presente trabalho monográfico se propôs a analisar o Papel da Tenda da Cidadania na política de Assistência Social no município de Cachoeira, Bahia.

Partindo da leitura bibliográfica e contrapondo à realidade concreta, por meio da observação participante no projeto. Bem como das entrevistas realizadas com os sujeitos de pesquisa. Pode-se considerar que a Constituição Federal de 1988, foi promulgada na contramão do movimento de reforma econômica neoliberal. O qual impactou negativamente, as políticas sociais no Brasil, através da redução de gastos públicos e focalização de seus serviços. Estando inclusa a assistência social.

Esta política, que foi reconhecida como tal após a promulgação da “Constituição Cidadã”, por intermédio de um movimento de lutas sociais e vários debates, com destaque à categoria profissional dos assistentes sociais, avançou do ponto de vista legal e criou uma série de mecanismos operacionais para fortalecer-se na perspectiva de direito. Entretanto, deparou-se com a sua subordinação aos ajustes econômicos, adquirindo uma óptica privatizadora e refilantropizadora.

O que pode ser constatado no texto da Política Nacional de Assistência Social, que apesar de prever a criação de unidades públicas responsáveis pela proteção social e a prestação de serviços socioassistenciais, abre espaço para a atuação da sociedade civil e terceiro setor no seu provimento. O que se reafirma pela configuração dos serviços socioassistenciais na Tipificação Nacional de 2009. Que regulamenta a atuação das organizações do Terceiro Setor na proteção social. Incluindo-as por tanto, no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS, demandado pela IV Conferência Nacional de 2003, que desde então vem percorrendo caminhos legais e operacionais para se constituir como sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, integrador das ações da assistência social entre as esferas de governo e a sociedade civil, no intento de superar a pobreza, as desigualdades sociais, econômicas e as disparidades regionais e locais existentes no país. Assume uma missão deveras complicada na conjuntura econômica e social vigente. Ora, superar a pobreza em um contexto em que ela aumenta e é somada à regressão dos direitos, corte de gastos públicos, precarização do trabalho, dentre várias outras mazelas trazidas pelo avanço do neoliberalismo no Brasil. Aliada às históricas desigualdades sociais trazidas pela herança do período escravocrata brasileiro. É um objetivo que contraria a lógica da desigualdade inerente ao próprio capital.

Contudo, não se pode negar que o SUAS inova e avança: na organização e uniformização dos serviços socioassistenciais, instituindo padrões mínimos de qualidade e na

transferência dos recursos fundo a fundo. Contudo, esta forma de financiamento impõe ressalvas. Dentre elas, põe em cheque a capacidade real de contrapartida dos municípios para com a política de assistência social. Assim como o grau de comprometimento dos demais entes federados.

Cachoeira, município do Nordeste, com uma considerável população em situação de extrema pobreza, e com a maior parte dela residente na zona rural. A qual possui dificuldades de acesso aos serviços de proteção social não só da área urbana, mas dos CRAS de referência de seu território. Os quais por falta de estrutura material, transporte, dentre outros motivos, também não conseguem acompanhar com frequência nem prestar serviços socioassistenciais às pessoas destas localidades mais afastadas das comunidades rurais a qual estão instalados. Encontra-se necessitada de um CRAS Itinerante. E solicitou esta demanda às instâncias responsáveis.

A União com seus requisitos de seletividade para a ampliação do cofinanciamento de sua alçada, por meio da Resolução Nº 26, de 16 de setembro de 2011, limita o alcance do acesso dos usuários da zona Rural aos serviços socioassistenciais ofertados no Centro de Referência em Assistência Social ao qual estão referenciados. Já que tecnicamente, devido ao porte do município (Pequeno Porte II), os dois (2) CRAS sediados na zona rural podem atender 3.500 famílias cada e consegue dar conta de toda a demanda do território. Contudo, na realidade concreta e, diante de todos os pormenores apresentados, constata-se que este acesso não é garantido.

Desta forma, o município acaba por buscar alternativas próprias para reduzir os danos desta falta de acesso aos usuários da zona rural aos serviços públicos da assistência social. Uma delas foi o projeto da Tenda da Cidadania.

Contudo, com poucos recursos e sem a equipe de referência ampliada. Suas ações são limitadas a atendimento pontuais, sem continuidade e encaminhamentos para os serviços prestados nos CRAS e CREAS do município.

Sob este molde de atendimento, os serviços prestados na Tenda da Cidadania realizam busca ativa, tanto para os serviços socioassistenciais, quanto para a inserção no Programa de Transferência de Renda, Bolsa Família. A observação destas atividades ofereceu a percepção da centralidade deste benefício na procura da Tenda. O que aponta para a sua relevância principalmente para as 4.206 pessoas residentes da área rural de Cachoeira, que ainda se encontram em situação de extrema pobreza.

Este fato permite constatar que por mais que a política de assistência social tenha avançado na criação e regulamentação de serviços, lide com a pobreza na perspectiva de

direito ainda é o seu maior desafio. As próprias ações da Tenda, seja entrega de benefícios eventuais, seja a inserção de pessoas dos programas de transferência de renda. Estão direcionadas a práticas assistencialistas. As quais não podem ser condenadas enquanto existem pessoas em situação de extrema pobreza. O que se precisa é avançar no debate da ampliação dos mecanismos de transferência fundo a fundo para uma maior ampliação da oferta de serviços nas áreas rurais. Para que ações como a Tenda não precisem ocorrer. Já que pensar em superação da pobreza dentro do sistema capitalista de modelo neoliberal é algo surreal.

Não obstante, no intento de se trabalhar com aquilo se tem. E visualizando as possibilidades existentes, a Tenda se apresenta como um ambiente propício ao fortalecimento da participação social, defesa social, vigilância socioassistencial e da busca ativa.

De todo modo, confirma-se a hipótese levantada no início da pesquisa. A qual defende que a Tenda da Cidadania contribui com a aproximação das comunidades rurais dos equipamentos da rede de Proteção Social Básica e Especial de Cachoeira, devido a falhas na execução da Política de Assistência Social no município.

Todavia, ressalta-se que essa aproximação é bastante limitada e não resolve os problemas estruturais existentes, que impedem o acesso das comunidades rurais mais pobres, aos serviços socioassistenciais da rede de proteção social de Cachoeira, Ba.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social no Brasil Contemporâneo: entre a inovação e o conservadorismo. In: _____. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 147- 164.

BRASÍLIA. Lei nº 12. 435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8. 742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 07 jul. 2011. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/arquivos/Lei-12435.pdf>>. Acesso em: 16 Abr. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília, 2013.

_____. Ministério do desenvolvimento social. **Bolsa família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 20 Mai. 2015.

_____. Ministério do desenvolvimento social. Boletim da Secretária Nacional de Assistência Social. Boletim **da Vigilância socioassistencial** (fev. 2014). Disponível em: <vigilanciasocial@mds.gov.br>. Acesso em: 10 Mai. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **A extrema pobreza no seu município: Caracterização demográfica da extrema pobreza em Cachoeira-BA**. Brasília: MDS. 2015.

_____. Ministério do desenvolvimento social. **Busca ativa**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/buscaativa>>. Acesso em: 20 Mai. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. – Brasília, DF, 2011.

_____. **Loas Anotada** - 2009. Disponível em:< <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/lei-organica-de-assistencia-social-loas-annotada>>. Acesso em: 04 Mar. 2015.

_____. **Constituição Federal** – 1988. Senado Federal. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 fev. 2015.

_____. **Norma Operacional Básica / NOB SUAS** – 2005. Disponível em:<
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica>>. Acesso em: 01 Mar. 2015.

_____. **Política Nacional de Assistência Social** - 2005. Disponível em:<
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica>>. Acesso em: 01 Mar. 2015.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**- 2009. Disponível em: <
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Tipificacao>>. Acesso em: 20 Mar. 2015.

CAREGNATO, Rita; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. In: **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.

COLIN, Denise; JACCOUD, Luciana. **Assistência Social e Construção do SUAS- balanço e perspectivas: O percurso da Assistência Social como política social de direitos e a trajetória necessária.** In: COLIN, Denise Ratmann Arruda; CRUS, José Ferreira da; TAPAJÓS, Luziele Maria de Souza; ALBUQUERQUE, Simone Aparecida. (Org.) **20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social.** Brasília: MDS, 2013. p. 36-59.

COUTO, Berenice Rojas. **O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de Gestão da Assistência Social.** In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO. **Concepção e gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil.** Brasília; MDS, 2009. p. 205-219.

DEEPASK. **Confira os indicadores municipais e dados demográficos, sociais e econômicos do seu município** – Cachoeira, Ba. 2015. Disponível em: <
<http://www.deepask.com>>. Acesso em: 20 Mar. 2015.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérnago; FLORENTINO, Angra dos Reis. **CRAS Itinerante: uma proposta de busca ativa, territorial, descentralizada e interdisciplinar.** 2014. Disponível: < <http://www.seer.ufu.br>>. Acesso em: 15 Abr. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Informações Completas: **Cachoeira- Bahia**. 2015. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

IPEA. Assistência Social. In: **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**. Brasília: IPEA, 2011. p. 49-87. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais>. Acesso em: 15 Mar. 2015.

LAJÚS, Maria Luiza de Souza. **A Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social- SUAS**. 2009. Disponível em: < <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article>>. Acesso em: 12 Mar. 2015.

LEMOS, Esther Luíza de Souza. **Serviço social e assistência social no Brasil contemporâneo: de uma fetichização a outra?** 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ : UFRJ/CFCH/ESS, 2009.

MDS. **Relatório de Informações Sociais da Proteção Social Básica Cachoeira (BA)**. 2015. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio>>. Acesso em: 05 Mar. 2015.

_____. **Relatório de Informações Sociais da Proteção Social Especial Cachoeira (BA)**. 2015. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio>>. Acesso em: 05 Mar. 2015.

_____. Boletim: **O Brasil Sem Miséria No Seu Município**. Município Cachoeira (BA). Relatório gerado em 27 de fevereiro de 2015. Disponível em < <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios>> Acesso em 05 de Mar. 2015.

_____. Boletim: **A extrema pobreza no seu município**. Município Cachoeira (BA). Disponível em < <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios>> Acesso em 05 de março de 2015.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **O Serviço Social Frente ao Neoliberalismo: Mudanças na sua base de sustentação funcional- ocupacional**. 2009. Disponível em:< <http://www.cpihts.com>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente da intervenção social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Cultura política e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais.** - São Paulo: Cortez, 2003.

ROCHA, Rosilene Cristina. **A construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).** 2006. Disponível em: < <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files>>. Acesso em: 05 Mar. 2015.

SANTANA, Lucimara Diniz Teles; SERRANO, Ana Luiza Marques; PEREIRA, Normelia Santos. **Seguridade Social Pós Constituição de 1988: Avanços e desafios para a implementação da política.** In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 06. 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo16>>. Acesso em: 01 Mar. 2015.

SANTOS, Josiane Soares. *et al.* **“Questão Social” no Brasil: O Nordeste e a atualidade da Questão Regional.** 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article>>. Acesso em 15 abr. 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Os 20 anos de LOAS: a ruptura com o modelo assistencialista. **In:** COLIN, Denise Ratmann Arruda; CRUS, José Ferreira da; TAPAJÓS, Luziele Maria de Souza; ALBUQUERQUE, Simone Aparecida. (Org.) **20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social.** Brasília: MDS, 2013. p. 14-35.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência social em debate: Direito ou assistencialização? . **In:** CFESS. **O trabalho do/a assistente social no SUAS: Seminário nacional.** BRASÍLIA: CFESS, 2011. P. 32- 50.

STOPA, Roberta. **A implantação do Sistema Único de Assistência Social no município de Ourinhos-SP: a contribuição do Serviço Social.** 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista 2012. Disponível em:< <http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes>>. Acesso em: 03 Mar. 2015.

TAVARES, Gisele de Cássia. O financiamento da Política de Assistência Social na era SUAS. **In:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília, MDS, UNESCO, 2009. 424 p.

THOMAZ, Sayonara Portinho. **Direito à Assistência Social na Perspectiva do SUAS: A experiência do Município de São José- SC.** 2007. 70 f. Trabalho de Monografia (Graduação em Serviço Social)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: < <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial285428.pdf>>. Acesso em: 07 Mar. 2015.

YAZBECK, Maria Carmelita. **Sistema de Proteção Social Brasileiro: Modelo, Dilemas e Desafios.** In: Seminário Internacional do BPC, 01. 2010, Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/seminario-internacional-bpc/sobre-o-evento/apresentacoes/arquivos>>. Acesso em: 01 Mar. 2015.

APÊNDICE A-

I- PERFIL:

1. Idade: _____
2. Sexo: () Masculino () Feminino
3. Profissão _____
4. Qual seu vínculo empregatício () Contrato () Concurso

II -Entrevista direcionada à Equipe técnica do CRAS. Vale ressaltar que esta entrevista foi adaptada ao CREAS e à gestora de assistência do município, no intuito de apreender os mesmos questionamentos.

- 1) Qual a área de abrangência deste CRAS?
- 2) Quais são os serviços socioassistenciais realizados nesta unidade?
- 3) Quantos profissionais compõem a equipe técnica desta unidade?
- 4) Você poderia falar um pouco sobre as atividades grupais realizadas neste CRAS? Se há grupos de convivência, caso sim, quantas pessoas em média participam de cada grupo?
- 5) A maior parte das demandas é espontânea ou por encaminhamento?
- 6) Como você percebe a relação do CRAS com a sua comunidade de abrangência?
- 7) Quais desafios você aponta para uma maior aproximação deste CRAS com a sua comunidade de abrangência?
- 8) Vocês têm obstáculos para dar andamento aos serviços ou grupos de convivência? Caso sim, quais?
- 9) No meu período de estágio, eu pude acompanhar as atividades da Tenda da Cidadania e percebi que todos os CRAS e CREAS da cidade se envolveram na execução desse processo, você poderia comentar como se deu a inserção da equipe do CRAS nas atividades da Tenda?
- 10) Quais serviços a equipe do CRAS presta na Tenda?
- 11) De que modo os serviços prestados pelo CRAS na Tenda contribuem com a redução dos riscos e vulnerabilidades sociais e/ou fortalecem os vínculos familiares?
- 12) Comente um pouco sobre a necessidade de se executar um projeto como esse no município de Cachoeira.
- 13) Quais impactos sociais as ações da Tenda causam nas comunidades atendidas?
- 14) As atividades da Tenda provocaram mudanças nas ações realizadas no CRAS?
- 15) Como você avalia a relação do CRAS com os demais equipamentos da rede socioassistencial?
- 16) Após a execução do projeto da Tenda, você percebeu algum avanço da articulação da rede socioassistencial do município? Ou desta com as demais políticas setoriais?
- 17) Na sua opinião, qual o papel da Tenda na Garantia de direitos dos usuários atendidos?

APÊNDICE B

Projeto da Tenda da Cidadania cedido pela gestora de assistência social do município de Cachoeira- Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DA CACHOEIRA

Cidade Heróica (Lei Provincial Nº 43, de 13 - 03 - 1837)
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045 de 18 - 01 - 1971)

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

Largo D'ajuda nº 02 - Centro / Cachoeira / Bahia
Fone: (0xx75) 3425 - 1390

E-mail: smas@cachoeira.ba.gov.br
Tel: (75) 3425-2904

TENDA DA CIDADANIA
Ação cidadã itinerante

Objetivo
O Projeto Tenda da Cidadania objetiva a realização de um conjunto de ações para a garantia dos direitos, melhoria da qualidade de vida e superação da pobreza de famílias, crianças, jovens e adultos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Publico Alvo
O projeto pretende atender crianças, jovens, mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência da pobreza e de violação de direito, afastados ou não do convívio familiar ou comunitário. Totalizando 2.000 atendimentos diretos e 5.000 indiretos.

Estrutura das ações
Será montado um espaço itinerante chamado Tenda da Cidadania levando às comunidades e praças ações cidadã e produção cultural multiarte, oficinas de inclusão produtivas, oportunizando práticas inclusivas e a garantia dos direitos de toda uma comunidade.
Serão realizadas 10 modalidades de oficinas sob a orientação dos monitores e acompanhadas pelos técnicos sociais – psicólogos, assistentes sociais, pedagogos – abordando aspectos relacionados com as oficinas e trabalhando temas transversais como sexualidade, drogas, saúde, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Atividades a serem realizadas

1. Atendimento Psicosocial (CRAS e CREAS)
2. Atendimento jurídico (Promotoria)
3. Cadastro e atualização cadastral do Bolsa Família
4. Oficina de corte de cabelo masculino
5. Apresentação das oficinas de música e capoeira que acontecem nos CRAS
6. Oficinas de artes manuais

APÊNDICE C

Fotos retiradas durante a observação participante realizada na Tenda da Cidadania durante o período de estágio supervisionado em serviço social.



Faixa informativa da presença da Tenda da Cidadania em uma comunidade da área rural quilombola.



Usuários dos serviços da Tenda da Cidadania no aguardo do atendimento.

